



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
TRIBUNAL PLENO

PROTOCOLE-SE

07 OUT. 2008

INCLUA-SE NO EXPEDIENTE

Of. nº 869/2008-STP

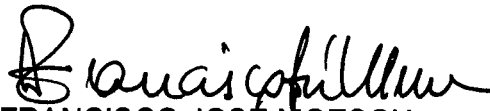
Porto Alegre, 26 de setembro de 2008.

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência cópia da inicial e dos documentos que a acompanham, referentes à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 70026578823 do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado/RS, constando, como proponente, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Novo Hamburgo e, como requerida, a Câmara Municipal de Vereadores de Novo Hamburgo e, como interessada, a Exma. Sra. Procuradora-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, para que se digne prestar as informações que julgar necessárias, no prazo de trinta dias.

Comunico, outrossim, que deferi a liminar pleiteada, conforme cópia da decisão em anexo.

Na oportunidade, apresento-lhe minhas cordiais saudações.



Des. FRANCISCO JOSÉ MOESCH,
Relator.

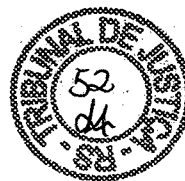
Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
NOVO HAMBURGO-RS

MQF

Câmara Municipal Novo Hamburgo
PROTOCOLO
DOC Nº 590103

02 OUT 2008


Chefe Depto. Expediente



FJM
Nº 70026578823
2008/CÍVEL

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIO-
NALIDADE

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70026578823

COMARCA DE PORTO ALEGRE

EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL
DE NOVO HAMBURGO,

PROPONENTE;

CÂMARA MUNICIPAL DE VEEA-
DORES DE NOVO HAMBURGO,

REQUERIDO;

EXMO. SR. PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL,

INTERESSADO.

DECISÃO

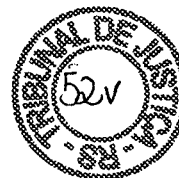
Vistos.

Trata-se de Ação Direta de Inconstitucionalidade com Pedido Liminar, proposta por JAIR HENRIQUE FOSCARINI, na condição de Prefeito do Município de Novo Hamburgo, visando a fulminar a Lei Municipal n. 1716 de 03 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a necessidade do envio para o Legislativo Municipal, do processo de cálculo tarifário dos ônibus e táxis.

Sustenta o proponente que o referido texto legal atribui ao Poder Executivo Municipal o compromisso de enviar ao Poder Legislativo, obrigatoriamente, o expediente completo com o valor exato da tarifa de ônibus que o Poder Executivo irá decretar.

Refere que o projeto de lei foi vetado pelo Prefeito Municipal, após parecer contrário da Diretoria de Transportes e da Procuradoria Geral do Município. Porém, o veto foi derrubado na Câmara e o referido projeto de lei foi convertido na Lei n.º 1716/2007.

Invoca o proponente a necessidade de preservar a Constituição Federal, bem como a Constituição Estadual, uma vez que a lei em tela



FJM

Nº 70026578823

2008/CÍVEL

infringe os artigos 8º, 10, 19, 60, II, "d", e 82, incisos III e VII, todos da CE/RS.

Transcreve o texto da norma e assevera que há afronta ao princípio da autonomia dos poderes.

Argumenta estarem presentes os requisitos do *fumus boni iuris* e do perigo da demora. Por fim, cita precedentes e requer o deferimento de liminar para o fim de suspender a eficácia "*ex tunc*" do dispositivo legal impugnado, dando-se ciência urgente ao Presidente da Câmara de Vereadores, devendo a ação ser julgada procedente ao final.

É o sucinto relatório.

Passo a decidir.

DEFIRO A LIMINAR PLEITEADA, para o fim de determinar a suspensão da Lei n.º 1716/2007, pois afronta os artigos 8º, 10, 19, 60, II, "d", e 82, incisos III e VII, todos da CE/RS.

Sem dúvida, a tese da parte recorrente é relevante e densa, merecendo ser considerada, neste momento, como apta a justificar a concessão da liminar. O risco de dano irreparável advém diretamente da necessidade de o Município respeitar a norma que, por ora, vislumbra-se inconstitucional.

Com efeito, a norma desrespeita a independência e a harmonia que deve imperar entre os Poderes, pois impõe que, antes de decretar o valor das tarifas de ônibus e táxis, seja enviado à Câmara Municipal o processo de cálculo tarifário dos ônibus e táxis.

Verifica-se, pois, a ingerência do Legislativo Municipal no desempenho das atribuições administrativas próprias do Chefe do Poder Executivo.



FJM

Nº 70026578823

2008/CÍVEL

Nesse mesmo sentido, cite-se:

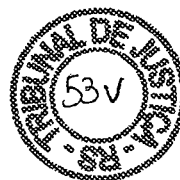
ADIN. SANTANA DO LIVRAMENTO. TRANSPORTE COLETIVO. FIXAÇÃO DE TARIFAS. EMENDA A LEI ORGÂNICA, DE INICIATIVA DA CAMARA MUNICIPAL, QUE ESTABELECE CONCORRÊNCIA ENTRE O EXECUTIVO E O LEGISLATIVO NA RESPECTIVA FIXAÇÃO, CONDICIONANDO, AINDA, O EXECUTIVO A PREVIA AUTORIZAÇÃO DA CAMARA, EXECUTADAS AS TARIFAS DOS TAXIS. PRELIMINAR REJEITADA. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. COMPETÊNCIA E INICIATIVA EXCLUSIVA DO EXECUTIVO NA FIXAÇÃO DAS TARIFAS DO TRANSPORTE COLETIVO. INDEPENDÊNCIA E SEPARAÇÃO DOS PODERES. SUJEIÇÃO DE UM PODER AO OUTRO. INDEVIDA INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO. ATO TÍPICO DE ADMINISTRAÇÃO. LICHAÇÃO DE HELY LOPES MEIRELLES. PRECEDENTES, NESTE SENTIDO, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. FERIMENTO AOS ARTIGOS 8, 10, 13, IV, 82, VIII E 163 DA CARTA ESTADUAL. INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 599463403, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Vasco Della Giustina, Julgado em 22/11/1999)

Por oportuno, colho os ensinamentos de José Afonso da Silva, in Curso de Direito Constitucional Positivo, pág. 100, 8ª ed., Malheiros: São Paulo, 1992:

A independência dos poderes significa: a) que a investidura e a permanência das pessoas num dos órgãos do governo não dependem da confiança nem da vontade dos outros; b) que, no exercício das atribuições que lhes sejam próprias, não precisam os titulares consultar os outros nem necessitam de sua autorização; c) que, na organização dos respectivos serviços, cada um é livre, observadas apenas as disposições constitucionais e legais: assim é que cabe ao Presidente da República prover e extinguir cargos públicos da Administração Federal, bem como exonerar ou demitir seus ocupantes, enquanto é da competência do Congresso Nacional ou dos Tribunais prover os cargos dos respectivos serviços administrativos, exonerar ou demitir seus ocupantes...



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



FJM

Nº 70026578823
2008/CÍVEL

No caso, o Poder Legislativo pretende impor que o Executivo, antes de decretar o valor das tarifas de táxis e ônibus, submeta o cálculo ao Poder Legislativo, o que se mostra inconstitucional.

Dessa forma, **DEFIRO A LIMINAR**, para suspender os termos da Lei 1716/2007, conforme fundamentação supra.

Expeça-se, **com urgência**, ofício ao Presidente da Câmara de Vereadores, dando ciência desta decisão.

Cite-se, notifique-se e intimem-se.

Após, ao Ministério Público.

Porto Alegre, 24 de setembro de 2008.


DES. FRANCISCO JOSÉ MOESCH,
Relator.

flab

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO RIO GRANDE DO SUL

2026578823

Cópia

JAIR HENRIQUE FOSCARINI, brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Novo Hamburgo, inscrito no CPF sob o número 249.705.900-44 e RG/SSP/RS sob o n.º 4014193645, residente e domiciliado na Av. Dr. Maurício Cardoso, n.º 1601, apto 902, Novo Hamburgo - RS, vem perante a Egrégia Corte Gaúcha, propor:

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
COM PEDIDO LIMINAR**

visando a fulminar a lei municipal 1716/2007, proposta e promulgada pela **CÂMARA DOS VEREADORES MUNICIPAIS**, representada por seu Presidente, Antônio Lucas, situada à rua Almirante Barroso, 261, Centro, Novo Hamburgo - RS, pelas razões a seguir apresentadas.

I - DOS FATOS

A Câmara dos Vereadores Municipais de Novo Hamburgo aprovou o projeto de lei 146/14L/2007, o qual deu origem a lei 1.716 de 03 de dezembro de 2007, que "Acrescenta parágrafo ao Artigo 1º da Lei Municipal n.º 1270, de 23 de maio de 2005, que dispõe sobre o envio, para o Legislativo, do processo de cálculo tarifário dos ônibus e táxis."

O referido texto legal, por sua vez, atribui ao Poder Executivo Municipal o compromisso de referenciar no expediente os valores exatos das tarifas de ônibus que o Poder Executivo irá decretar.

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS UNCLASSIFIED
DATE 01-11-2001 BY 60322 UCBAW

O referido projeto foi vetado pelo Prefeito Municipal, Sr. Jair Henrique Foscarini, após parecer contrário ao Projeto de Lei por parte da Diretoria de Transportes e da Procuradoria Geral do Município.

Porém, o veto foi derrubado na Câmara e o referido Projeto de Lei foi convertido na Lei 1.716/2007, que trata dos termos supra esposados.

Em virtude deste fato, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe confere a Constituição Federal, a Constituição Estadual do Rio Grande do Sul e, no que se aplica, a Lei Orgânica Municipal, vem perante esta Egrégia Corte propor a presente Ação Direta de Inconstitucionalidade.

II - DO DIREITO E DA COMPETÊNCIA DOS PODERES E ENTES PÚBLICOS

É sabido que a Magna Carta Brasileira inovou no sentido de atribuir aos Municípios autonomia para legislar e executar suas ações visando a agilidade no atendimento às necessidades locais.

Neste sentido, o Poder Legislativo Municipal, conjuntamente com o Poder Executivo, visam harmonicamente, ressalvados, porém, os limites constitucionais de cada Poder, advogar em prol dos interesses locais do Município.

É sabido que o ordenamento Jurídico brasileiro estabeleceu diretrizes à administração pública, no sentido de resguardar a autonomia dos poderes, sendo que, cada poder detém funções próprias, orgânicas ou formais e materiais.

Modernamente, vale ressaltar, o Poder Executivo, formalmente, detém a competência administrativa, ou seja, aplica e executa a lei, enquanto que o legislativo, por sua vez, legisla, vota e promulga as leis.

O Poder Legislativo, além da função formal de legislar, tem o dever institucional de fazer valer a "voz do povo", sendo o órgão fiscalizador das ações estatais, obviamente, dentro de suas prerrogativas Constitucionais.

No caso em tela, padece de legitimidade a lei ora impugnada, uma vez que, estabelece atribuições ao Poder Executivo, as quais, este mesmo deveria estabelecer, tão somente.

III - DA APLICAÇÃO DO DIREITO AO CASO EM TELA

10/10/77

10/10/77

10/10/77

10/10/77

10/10/77

Conforme resumidamente se apurou no item anterior, a Constituição Federal regulamentou todo um sistema de criação, aplicação/execução e julgamento das normas jurídicas.

Obviamente que se o contrário fosse, o Estado hodiernamente seria uma anarquia, pois que o cidadão não disporia de garantias fundamentais nos exercícios de seu direito.

A presente ação direta de Inconstitucionalidade é proposta no intuito de preservar a Constituição Federal, bem como, a Constituição Estadual do Rio Grande do Sul eis que infringe os artigos 8º, 10º, 19, 60 inciso II, "d", 82 incisos III e VII desta última.

A lei ora debatida, lei 1.716/2007, dispõe em seu texto:

Acrescenta parágrafo ao artigo 1º da Lei Municipal nº 1.270, de 23 de maio de 2005, que "Dispõe sobre o envio, para o Legislativo, do processo de cálculo tarifário dos ônibus e táxis".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO:

Faço saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

"Art. 1º ...

§ O expediente completo deverá conter o(s) valor(s) exato(s) da (s) tarifa(s) de ônibus que o Poder Executivo irá decretar."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA "VICTOR HUGO KUNZ", aos 03 (três) dias do mês de dezembro do ano de 2007 (dois mil e sete).

ITO LUCIANO
Presidente

Conforme se percebe, a lei supra transcrita fere, o princípio de autonomia dos poderes, pois que, impõe ações ao Poder Executivo.

RECEIVED
JAN 10 1964
U.S. DEPARTMENT OF AGRICULTURE
WASHINGTON, D.C.

TO: DIRECTOR, FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION
FROM: SAC, NEW YORK (100-100000) (P)
SUBJECT: [REDACTED] (NY 100-100000) (P)

RE: [REDACTED] (NY 100-100000) (P)

RE: [REDACTED] (NY 100-100000) (P)

RE: [REDACTED] (NY 100-100000) (P)

RE: [REDACTED] (NY 100-100000) (P)

RE: [REDACTED] (NY 100-100000) (P)

RE: [REDACTED] (NY 100-100000) (P)

RE: [REDACTED] (NY 100-100000) (P)

RE: [REDACTED] (NY 100-100000) (P)

RE: [REDACTED] (NY 100-100000) (P)

RE: [REDACTED] (NY 100-100000) (P)

RE: [REDACTED] (NY 100-100000) (P)

RE: [REDACTED] (NY 100-100000) (P)

A tarifação dos serviços de transporte de passageiros é matéria explicitamente administrativa, logo, todo e qualquer projeto de lei deve ser oriundo do Chefe do Poder Executivo.

É flagrante a inserção do Legislativo aos assuntos pertinentes ao Executivo. Vale ressaltar, inclusive, que a atual administração municipal está recebendo amplo apoio do Conselho Municipal de Transportes no que se refere à gestão do transporte público de Novo Hamburgo.

IV - DA INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI ORA IMPUGNADA

A Constituição Estadual em seus artigos 1º e 8º estabelece a primazia aos princípios entabulados na Constituição Federal, exercendo, portanto, as atribuições que a Magna Carta confere aos entes públicos.

Art. 1º - O Estado do Rio Grande do Sul, integrante com seus Municípios, de forma indissolúvel, da República Federativa do Brasil, proclama e adota, nos limites de sua autonomia e competência, os princípios fundamentais e os direitos individuais, coletivos, sociais e políticos universalmente consagrados e reconhecidos pela Constituição Federal a todas as pessoas no âmbito de seu território.

E,

Art. 8º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, reger-se-á por lei orgânica e pela legislação que adotar, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição.

.....

A Constituição Estadual, estabelece ainda:

Art. 82 - Compete ao Governador, privativamente:

.....

III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

.....

VII - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual;

1963-1964

1964-1965

1965-1966

1966-1967

1967-1968

1968-1969

Neste contesto, por analogia, se deve entender que é atribuição exclusiva do Poder Executivo, na pessoa do Prefeito Municipal dispor sobre a administração Municipal, incluindo, portanto, a administração do Transporte Público Municipal.

V - DA INFRINGÊNCIA AO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DOS PODERES

Dispõe a lei orgânica do Município de Novo Hamburgo:

Art. 2º São poderes do Município, independentes, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º É vedada a delegação de atribuições entre os poderes.

Dentre a inconstitucionalidade da lei supra transcrita, é de se ressaltar a infringência do Legislativo Municipal junto ao Poder Executivo do Município de Novo Hamburgo.

A lei a qual desde já se postula pela declaração de inconstitucionalidade simplesmente ingressa na competência do Poder Executivo Municipal concedendo benefícios onerosos ao erário municipal.

Toda e qualquer matéria pertinente a área administrativa do Município, que onere os cofres do executivo, deve partir deste, ou seja é de competência exclusiva do Poder Executivo, conforme dicção expressa no art. 165 da Constituição Federal, e que é repetida pela nossa Constituição Estadual, em seus artigos 8º, 10º, 19, 60 inciso II, "d", 82 incisos III e VIII, 157 inciso V e 176 inciso III, que assim estão redigidos:.

"Art. 8º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, reger-se-á por lei orgânica e pela legislação que adotar, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição.

.....

Art. 10 - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, exercido pela Câmara Municipal, e o Executivo, exercido pelo Prefeito.

.....

Art. 19 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Estado e dos municípios, visando à promoção do bem público e à prestação de serviços à comunidade e aos indivíduos que a compõe, observará os princípios da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da

1957-1958
1959-1960
1961-1962
1963-1964

1965-1966
1967-1968
1969-1970
1971-1972
1973-1974
1975-1976
1977-1978
1979-1980
1981-1982
1983-1984
1985-1986
1987-1988
1989-1990
1991-1992
1993-1994
1995-1996
1997-1998
1999-2000
2001-2002
2003-2004
2005-2006
2007-2008
2009-2010
2011-2012
2013-2014
2015-2016
2017-2018
2019-2020
2021-2022
2023-2024
2025-2026
2027-2028
2029-2030
2031-2032
2033-2034
2035-2036
2037-2038
2039-2040
2041-2042
2043-2044
2045-2046
2047-2048
2049-2050
2051-2052
2053-2054
2055-2056
2057-2058
2059-2060
2061-2062
2063-2064
2065-2066
2067-2068
2069-2070
2071-2072
2073-2074
2075-2076
2077-2078
2079-2080
2081-2082
2083-2084
2085-2086
2087-2088
2089-2090
2091-2092
2093-2094
2095-2096
2097-2098
2099-2100
2101-2102
2103-2104
2105-2106
2107-2108
2109-2110
2111-2112
2113-2114
2115-2116
2117-2118
2119-2120
2121-2122
2123-2124
2125-2126
2127-2128
2129-2130
2131-2132
2133-2134
2135-2136
2137-2138
2139-2140
2141-2142
2143-2144
2145-2146
2147-2148
2149-2150
2151-2152
2153-2154
2155-2156
2157-2158
2159-2160
2161-2162
2163-2164
2165-2166
2167-2168
2169-2170
2171-2172
2173-2174
2175-2176
2177-2178
2179-2180
2181-2182
2183-2184
2185-2186
2187-2188
2189-2190
2191-2192
2193-2194
2195-2196
2197-2198
2199-2200
2201-2202
2203-2204
2205-2206
2207-2208
2209-2210
2211-2212
2213-2214
2215-2216
2217-2218
2219-2220
2221-2222
2223-2224
2225-2226
2227-2228
2229-2230
2231-2232
2233-2234
2235-2236
2237-2238
2239-2240
2241-2242
2243-2244
2245-2246
2247-2248
2249-2250
2251-2252
2253-2254
2255-2256
2257-2258
2259-2260
2261-2262
2263-2264
2265-2266
2267-2268
2269-2270
2271-2272
2273-2274
2275-2276
2277-2278
2279-2280
2281-2282
2283-2284
2285-2286
2287-2288
2289-2290
2291-2292
2293-2294
2295-2296
2297-2298
2299-2300
2301-2302
2303-2304
2305-2306
2307-2308
2309-2310
2311-2312
2313-2314
2315-2316
2317-2318
2319-2320
2321-2322
2323-2324
2325-2326
2327-2328
2329-2330
2331-2332
2333-2334
2335-2336
2337-2338
2339-2340
2341-2342
2343-2344
2345-2346
2347-2348
2349-2350
2351-2352
2353-2354
2355-2356
2357-2358
2359-2360
2361-2362
2363-2364
2365-2366
2367-2368
2369-2370
2371-2372
2373-2374
2375-2376
2377-2378
2379-2380
2381-2382
2383-2384
2385-2386
2387-2388
2389-2390
2391-2392
2393-2394
2395-2396
2397-2398
2399-2400
2401-2402
2403-2404
2405-2406
2407-2408
2409-2410
2411-2412
2413-2414
2415-2416
2417-2418
2419-2420
2421-2422
2423-2424
2425-2426
2427-2428
2429-2430
2431-2432
2433-2434
2435-2436
2437-2438
2439-2440
2441-2442
2443-2444
2445-2446
2447-2448
2449-2450
2451-2452
2453-2454
2455-2456
2457-2458
2459-2460
2461-2462
2463-2464
2465-2466
2467-2468
2469-2470
2471-2472
2473-2474
2475-2476
2477-2478
2479-2480
2481-2482
2483-2484
2485-2486
2487-2488
2489-2490
2491-2492
2493-2494
2495-2496
2497-2498
2499-2500
2501-2502
2503-2504
2505-2506
2507-2508
2509-2510
2511-2512
2513-2514
2515-2516
2517-2518
2519-2520
2521-2522
2523-2524
2525-2526
2527-2528
2529-2530
2531-2532
2533-2534
2535-2536
2537-2538
2539-2540
2541-2542
2543-2544
2545-2546
2547-2548
2549-2550
2551-2552
2553-2554
2555-2556
2557-2558
2559-2560
2561-2562
2563-2564
2565-2566
2567-2568
2569-2570
2571-2572
2573-2574
2575-2576
2577-2578
2579-2580
2581-2582
2583-2584
2585-2586
2587-2588
2589-2590
2591-2592
2593-2594
2595-2596
2597-2598
2599-2600
2601-2602
2603-2604
2605-2606
2607-2608
2609-2610
2611-2612
2613-2614
2615-2616
2617-2618
2619-2620
2621-2622
2623-2624
2625-2626
2627-2628
2629-2630
2631-2632
2633-2634
2635-2636
2637-2638
2639-2640
2641-2642
2643-2644
2645-2646
2647-2648
2649-2650
2651-2652
2653-2654
2655-2656
2657-2658
2659-2660
2661-2662
2663-2664
2665-2666
2667-2668
2669-2670
2671-2672
2673-2674
2675-2676
2677-2678
2679-2680
2681-2682
2683-2684
2685-2686
2687-2688
2689-2690
2691-2692
2693-2694
2695-2696
2697-2698
2699-2700
2701-2702
2703-2704
2705-2706
2707-2708
2709-2710
2711-2712
2713-2714
2715-2716
2717-2718
2719-2720
2721-2722
2723-2724
2725-2726
2727-2728
2729-2730
2731-2732
2733-2734
2735-2736
2737-2738
2739-2740
2741-2742
2743-2744
2745-2746
2747-2748
2749-2750
2751-2752
2753-2754
2755-2756
2757-2758
2759-2760
2761-2762
2763-2764
2765-2766
2767-2768
2769-2770
2771-2772
2773-2774
2775-2776
2777-2778
2779-2780
2781-2782
2783-2784
2785-2786
2787-2788
2789-2790
2791-2792
2793-2794
2795-2796
2797-2798
2799-2800
2801-2802
2803-2804
2805-2806
2807-2808
2809-2810
2811-2812
2813-2814
2815-2816
2817-2818
2819-2820
2821-2822
2823-2824
2825-2826
2827-2828
2829-2830
2831-2832
2833-2834
2835-2836
2837-2838
2839-2840
2841-2842
2843-2844
2845-2846
2847-2848
2849-2850
2851-2852
2853-2854
2855-2856
2857-2858
2859-2860
2861-2862
2863-2864
2865-2866
2867-2868
2869-2870
2871-2872
2873-2874
2875-2876
2877-2878
2879-2880
2881-2882
2883-2884
2885-2886
2887-2888
2889-2890
2891-2892
2893-2894
2895-2896
2897-2898
2899-2900
2901-2902
2903-2904
2905-2906
2907-2908
2909-2910
2911-2912
2913-2914
2915-2916
2917-2918
2919-2920
2921-2922
2923-2924
2925-2926
2927-2928
2929-2930
2931-2932
2933-2934
2935-2936
2937-2938
2939-2940
2941-2942
2943-2944
2945-2946
2947-2948
2949-2950
2951-2952
2953-2954
2955-2956
2957-2958
2959-2960
2961-2962
2963-2964
2965-2966
2967-2968
2969-2970
2971-2972
2973-2974
2975-2976
2977-2978
2979-2980
2981-2982
2983-2984
2985-2986
2987-2988
2989-2990
2991-2992
2993-2994
2995-2996
2997-2998
2999-3000
3001-3002
3003-3004
3005-3006
3007-3008
3009-3010
3011-3012
3013-3014
3015-3016
3017-3018
3019-3020
3021-3022
3023-3024
3025-3026
3027-3028
3029-3030
3031-3032
3033-3034
3035-3036
3037-3038
3039-3040
3041-3042
3043-3044
3045-3046
3047-3048
3049-3050
3051-3052
3053-3054
3055-3056
3057-3058
3059-3060
3061-3062
3063-3064
3065-3066
3067-3068
3069-3070
3071-3072
3073-3074
3075-3076
3077-3078
3079-3080
3081-3082
3083-3084
3085-3086
3087-3088
3089-3090
3091-3092
3093-3094
3095-3096
3097-3098
3099-3100
3101-3102
3103-3104
3105-3106
3107-3108
3109-3110
3111-3112
3113-3114
3115-3116
3117-3118
3119-3120
3121-3122
3123-3124
3125-3126
3127-3128
3129-3130
3131-3132
3133-3134
3135-3136
3137-3138
3139-3140
3141-3142
3143-3144
3145-3146
3147-3148
3149-3150
3151-3152
3153-3154
3155-3156
3157-3158
3159-3160
3161-3162
3163-3164
3165-3166
3167-3168
3169-3170
3171-3172
3173-3174
3175-3176
3177-3178
3179-3180
3181-3182
3183-3184
3185-3186
3187-3188
3189-3190
3191-3192
3193-3194
3195-3196
3197-3198
3199-3200
3201-3202
3203-3204
3205-3206
3207-3208
3209-3210
3211-3212
3213-3214
3215-3216
3217-3218
3219-3220
3221-3222
3223-3224
3225-3226
3227-3228
3229-3230
3231-3232
3233-3234
3235-3236
3237-3238
3239-3240
3241-3242
3243-3244
3245-3246
3247-3248
3249-3250
3251-3252
3253-3254
3255-3256
3257-3258
3259-3260
3261-3262
3263-3264
3265-3266
3267-3268
3269-3270
3271-3272
3273-3274
3275-3276
3277-3278
3279-3280
3281-3282
3283-3284
3285-3286
3287-3288
3289-3290
3291-3292
3293-3294
3295-3296
3297-3298
3299-3300
3301-3302
3303-3304
3305-3306
3307-3308
3309-3310
3311-3312
3313-3314
3315-3316
3317-3318
3319-3320
3321-3322
3323-3324
3325-3326
3327-3328
3329-3330
3331-3332
3333-3334
3335-3336
3337-3338
3339-3340
3341-3342
3343-3344
3345-3346
3347-3348
3349-3350
3351-3352
3353-3354
3355-3356
3357-3358
3359-3360
3361-3362
3363-3364
3365-3366
3367-3368
3369-3370
3371-3372
3373-3374
3375-3376
3377-3378
3379-3380
3381-3382
3383-3384
3385-3386
3387-3388
3389-3390
3391-3392
3393-3394
3395-3396
3397-3398
3399-3400
3401-3402
3403-3404
3405-3406
3407-3408
3409-3410
3411-3412
3413-3414
3415-3416
3417-3418
3419-3420
3421-3422
3423-3424
3425-3426
3427-3428
3429-3430
3431-3432
3433-3434
3435-3436
3437-3438
3439-3440
3441-3442
3443-3444
3445-3446
3447-3448
3449-3450
3451-3452
3453-3454
3455-3456
3457-3458
3459-3460
3461-3462
3463-3464
3465-3466
3467-3468
3469-3470
3471-3472
3473-3474
3475-3476
3477-3478
3479-3480
3481-3482
3483-3484
3485-3486
3487-3488
3489-3490
3491-3492
3493-3494
3495-3496
3497-3498
3499-3500
3501-3502
3503-3504
3505-3506
3507-3508
3509-3510
3511-3512
3513-3514
3515-3516
3517-3518
3519-3520
3521-3522
3523-3524
3525-3526
3527-3528
3529-3530
3531-3532
3533-3534
3535-3536
3537-3538
3539-3540
3541-3542
3543-3544
3545-3546
3547-3548
3549-3550
3551-3552
3553-3554
3555-3556
3557-3558
3559-3560
3561-3562
3563-3564
3565-3566
3567-3568
3569-3570
3571-3572
3573-3574
3575-3576
3577-3578
3579-3580
3581-3582
3583-3584
3585-3586
3587-3588
3589-3590
3591-3592
3593-3594
3595-3596
3597-3598
3599-3600
3601-3602
3603-3604
3605-3606
3607-3608
3609-3610
3611-3612
3613-3614
3615-3616
3617-3618
3619-3620
3621-3622
3623-3624
3625-3626
3627-3628
3629-3630
3631-3632
3633-3634
3635-3636
3637-3638
3639-3640
3641-3642
3643-3644
3645-3646
3647-3648
3649-3650
3651-3652
3653-3654
3655-3656
3657-3658
3659-3660
3661-3662
3663-3664
3665-3666
3667-3668
3669-3670
3671-3672
3673-3674
3675-3676
3677-3678
3679-3680
3681-3682
3683-3684
3685-3686
3687-3688
3689-3690
3691-3692
3693-3694
3695-3696
3697-3698
3699-3700
3701-3702
3703-3704
3705-3706
3707-3708
3709-3710
3711-3712
3713-3714
3715-3716
3717-3718
3719-3720
3721-3722
3723-3724
3725-3726
3727-3728
3729-3730
3731-3732
3733-3734
3735-3736
3737-3738
3739-3740
3741-3742
3743-3744
3745-3746
3747-3748
3749-3750
3751-3752
3753-3754
3755-3756
3757-3758
3759-3760
3761-3762
3763-3764
3765-3766
3767-3768
3769-3770
3771-3772
3773-3774
3775-3776
3777-3778
3779-3780
3781-3782
3783-3784
3785-3786
3787-3788
3789-3790
3791-3792
3793-3794
3795-3796
3797-3798
3799-3800
3801-3802
3803-3804
3805-3806
3807-3808
3809-3810
3811-3812
3813-3814
3815-3816
3817-3818
3819-3820
3821-3822
3823-3824
3825-3826
3827-3828
3829-3830
3831-3832
3833-3834
3835-3836
3837-3838
3839-3840
3841-3842
3843-3844
3845-3846
3847-3848
3849-3850
3851-3852
3853-3854
3855-3856
3857-3858
3859-3860
3861-3862
3863-3864
3865-3866
3867-3868
3869-3870
3871-3872
3873-3874
3875-3876
3877-3878
3879-3880
3881-3882
3883-3884
3885-3886
3887-3888
3889-3890
3891-3892
3893-3894
3895-3896
3897-3898
3899-3900
3901-3902
3903-3904
3905-3906
3907-3908
3909-3910
3911-3912
3913-3914
3915-3916
3917-3918
3919-3920
3921-3922
3923-3924
3925-3926
3927-3928
3929-3930
3931-3932
3933-3934
3935-3936
3937-3938
3939-3940
3941-3942
3943-3944
3945-3946
3947-3948
3949-3950
3951-3952
3953-3954
3955-3956
3957-3958
3959-3960
3961-3962
3963-3964
3965-3966
3967-3968
3969-3970
3971-3972
3973-3974
3975-3976
3977-3978
3979-3980
3981-3982
3983-3984
3985-3986
3987-3988
3989-3990
3991-3992
3993-3994
3995-3996
3997-3998
3999-4000
4001-4002
4003-4004
4005-4006
4007-4008
4009-4010
4011-4012
4013-4014
4015-4016
4017-4018
4019-4020
4021-4022
4023-4024
4025-4026
4027-4028
4029-4030
4031-4032
4033-4034
4035-4036
4037-4038
4039-4040
4041-4042
4043-4044
4045-4046
4047-4048
4049-4050
4051-4052
4053-4054
4055-4056
4057-4058
4059-4060
4061-4062
4063-4064
4065-4066
4067-4068
4069-4070
4071-4072
4073-4074
4075-4076
4077-4078
4079-4080
4081-4082
4083-4084
4085-4086
4087-4088
4089-4090
4091-4092
4093-4094
4095-4096
4097-4098
4099-4100
4101-4102
4103-4104
4105-4106
4107-4108
4109-4110
4111-4112
4113-4114
4115-4116
4117-4118
4119-4120
4121-4122
4123-4124
4125-4126
4127-4128
4129-4130
4131-4132
4133-4134
4135-4136
4137-4138
4139-4140
4141-4142
4143-4144
4145-4146
4147-4148
4149-4150
4151-4152
4153-4154
4155-4156
4157-4158
4159-4160
4161-4162
4163-4164
4165-4166
4167-4168
4169-4170
4171-4172
4173-4174
4175-4176
4177-4178
4179-4180
4181-4182
4183-4184
4185-4186
4187-4188
4189-4190
4191-4192
4193-4194
4195-4196
4197-4198

publicidade, da legitimidade, da participação, da razoabilidade, da economicidade, da motivação e o seguinte:

.....

Art. 60 - São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

.....

II - disponham sobre:

.....

d) criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública.

.....

Art. 82 - Compete ao Governador, privativamente:

.....

III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

.....

VII - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual;

Art. 149 - A receita e a despesa públicas obedecerão às seguintes leis, de iniciativa do Poder Executivo:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

Art. 176 - Os Municípios definirão o planejamento e a ordenação de usos, atividades e funções de interesse local, visando a:

.....

III - promover a ordenação territorial, integrando as diversas atividades e funções urbanas;

O orçamento nada mais é do que um planejamento estrutural, englobando todo um processo e o conjunto integrado de documentos pelos quais se elaboram, se expressam, se aprovam, se executam e se avaliam os planos e programas com estimativa da receita e fixação das despesas de cada exercício financeiro.

1. State of New York
 2. County of _____
 3. _____
 4. _____
 5. _____
 6. _____
 7. _____
 8. _____
 9. _____
 10. _____
 11. _____
 12. _____
 13. _____
 14. _____
 15. _____
 16. _____
 17. _____
 18. _____
 19. _____
 20. _____
 21. _____
 22. _____
 23. _____
 24. _____
 25. _____
 26. _____
 27. _____
 28. _____
 29. _____
 30. _____
 31. _____
 32. _____
 33. _____
 34. _____
 35. _____
 36. _____
 37. _____
 38. _____
 39. _____
 40. _____
 41. _____
 42. _____
 43. _____
 44. _____
 45. _____
 46. _____
 47. _____
 48. _____
 49. _____
 50. _____
 51. _____
 52. _____
 53. _____
 54. _____
 55. _____
 56. _____
 57. _____
 58. _____
 59. _____
 60. _____
 61. _____
 62. _____
 63. _____
 64. _____
 65. _____
 66. _____
 67. _____
 68. _____
 69. _____
 70. _____
 71. _____
 72. _____
 73. _____
 74. _____
 75. _____
 76. _____
 77. _____
 78. _____
 79. _____
 80. _____
 81. _____
 82. _____
 83. _____
 84. _____
 85. _____
 86. _____
 87. _____
 88. _____
 89. _____
 90. _____
 91. _____
 92. _____
 93. _____
 94. _____
 95. _____
 96. _____
 97. _____
 98. _____
 99. _____
 100. _____

UNITED STATES DISTRICT COURT FOR THE DISTRICT OF COLUMBIA

100-443887-1000

Ainda, a Lei Orgânica do Município de Novo Hamburgo estabelece em seu art. 59.

Art. 59. Compete privativamente ao Prefeito:

III - iniciar a processo legislativo na forma e nos casos previstos nesta Lei;

.....

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da Lei;

.....

XII - enviar ao Poder Legislativo o Plano Plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Lei;

.....

XXII - administrar os bens e as rendas municipais, promover o lançamento, a fiscalização e a arrecadação de tributos;

Flagrantemente, há vício formal ante a iniciativa legislativa da Lei Municipal ora impugnada, do Município de Novo Hamburgo, pois que, estabelece diretrizes à fora de administração do transporte público municipal.

Com efeito, o tema não é novo e a orientação fixada decorre da incidência do princípio da simetria, ou seja, ainda que preservada a separação dos Poderes na organização dos Estados-membros e dos Municípios, deve ser observada homogeneidade à norma central com aquelas de domínio das Constituições Estaduais, como na área subordinada à legislação em geral.

Neste sentido decidiu a Egrégia Corte Gaúcha.

EMENTA: ADIN. TRANSPORTE PÚBLICO E CIRCULAÇÃO DE ÔNIBUS. PELOTAS. LEGITIMIDADE ATIVA DO PROPONENTE. COMPETÊNCIA DO EXECUTIVO PARA PROPOR A INICIATIVA DE LEIS A RESPEITO DO TRANSPORTE PÚBLICO. VÍCIO FORMAL. OS DEFEITOS FORMAIS LEVAM À DECLARAÇÃO DE NULIDADE. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI Nº 4201/97 E DA LEI Nº 34066/91, AMBAS DO MUNICÍPIO DE PELOTAS, POR CONTRAVIREM OS ARTS. 8º, 10, E 82, VII DA CARTA ESTADUAL, E ART. 61 § 1º, II "A" DA CARTA FEDERAL, APLICADOS SIMETRICAMENTE AOS MUNICÍPIOS. AÇÃO JULGADA

10/10/77
10/10/77
10/10/77
10/10/77

10/10/77



10

10



10/10/77

PROCEDENTE. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70010566057, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Vasco Della Giustina, Julgado em 09/05/2005)

Sendo, portanto, reservada à iniciativa do Chefe do Poder Executivo, a teor do disposto na alínea 'd', inc. II, art. 60, combinado com os arts. 10º e 82, VII da Constituição Estadual, com vistas a preservar o princípio da independência e harmonia entre os poderes municipais.

Lei Municipal ora impugnada, a qual se pugna pela declaração de inconstitucionalidade, não pode subsistir, portanto, a não ser através de diploma legal de iniciativa do Poder Executivo, uma vez que, ao atribuir ao referido Poder a obrigatoriedade de dispor sobre informações inerente aos gastos da administração pública, o legislativo hamburguense, fere o princípio da autonomia entre os poderes.

Toda e qualquer matéria pertinente a área administrativa do Município, que onere os cofres do executivo, deve partir deste, ou seja é de competência exclusiva do Poder Executivo, conforme dicção expressa no art. 165 da Constituição Federal, e que é repetida pela nossa Constituição Estadual, em seus artigos 8º, 10 e 149, já transcritos acima.

VI -DO PEDIDO DE LIMINAR

Nos termos do que permite o Regimento Interno desta Corte de Justiça, pleiteia o autor não só o reconhecimento de inconstitucionalidade da Lei Municipal, mas também a concessão de **liminar** para suspender a eficácia "ex nunc" do dispositivo legal impugnado.

Após tudo quanto se expôs anteriormente, em termos de verificação de dispositivos constitucionais tidos por violados, indiscutível se faz notar a presença do "**fumus boni iuris**", requisito que vem demonstrar que a tese jurídica apresentada, mais do que meramente plausível, é bastante viável de ser depositada e de ser acolhida por este Douto Tribunal.

Já o **perigo da demora** na prestação jurisdicional, que está a motivar a concessão da liminar, não se apresenta exclusivamente na decorrência de se persistir a alteração inválida da ordem jurídica local.

Não se pode compactuar com violação jurídica desta magnitude, em que se inobserva tudo o que há de bom e valioso no regime jurídico pátrio, como forma de atender à vontade ilícita de alguns poucos vereadores.

Presentes, assim, os requisitos indispensáveis à concessão da liminar.

1. The first part of the report
2. The second part of the report
3. The third part of the report

4. The fourth part of the report
5. The fifth part of the report
6. The sixth part of the report
7. The seventh part of the report
8. The eighth part of the report
9. The ninth part of the report
10. The tenth part of the report

11. The eleventh part of the report
12. The twelfth part of the report
13. The thirteenth part of the report
14. The fourteenth part of the report
15. The fifteenth part of the report
16. The sixteenth part of the report
17. The seventeenth part of the report
18. The eighteenth part of the report
19. The nineteenth part of the report
20. The twentieth part of the report

21. The twenty-first part of the report
22. The twenty-second part of the report
23. The twenty-third part of the report
24. The twenty-fourth part of the report
25. The twenty-fifth part of the report
26. The twenty-sixth part of the report
27. The twenty-seventh part of the report
28. The twenty-eighth part of the report
29. The twenty-ninth part of the report
30. The thirtieth part of the report

No entanto, não é de se descuidar da noção de que, por se tratar de controle de constitucionalidade "in abstracto" ou concentrado, não há que se falar em demonstração de dano concreto, hipótese de todo inaplicável à espécie.

VIII - DO PEDIDO

Expostos os contornos da lide e demonstrada a inconstitucionalidade, REQUER digno-se à Vossa Excelência:

a) a concessão de **liminar** para suspender a aplicabilidade e a eficácia da referida Lei Municipal 1716 de 03 de dezembro de 2007, tendo em vista a latente inconstitucionalidade por violação aos artigos 8º, 10º, 19, 60 inciso II, "d", 82 incisos III e VIII e 176 inciso III, dando-se ciência urgente ao Presidente da Câmara de Vereadores;

b) a notificação da Câmara de Vereadores de Novo Hamburgo, na pessoa de seu Presidente, para, querendo, manifestar-se a respeito da presente ação;

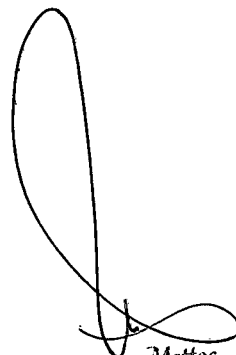
c) a citação do Procurador-Geral do Estado;

d) a notificação do Procurador-Geral de Justiça, para os fins da previsão contida no § 3º do art. 95 da Constituição Estadual;

e) ao final, seja julgado **procedente** o pedido, para declarar a inconstitucionalidade da emenda à Lei Municipal, ora impugnada, restaurando-se a ordem constitucional violada com a permanência ao texto de lei original, fazendo-se as comunicações de estilo.

Nestes Termos,
Pede e Espera Deferimento.

Novo Hamburgo, 22 de setembro de 2008.



Vanir de Mattos
OAB/RS 32.692

1. 2011/12/12

2. 2011/12/13

3. 2011/12/14

4. 2011/12/15

5. 2011/12/16

6. 2011/12/17

7. 2011/12/18

8. 2011/12/19

9. 2011/12/20

10. 2011/12/21

11. 2011/12/22

12. 2011/12/23

13. 2011/12/24

14. 2011/12/25

15. 2011/12/26

16. 2011/12/27

17. 2011/12/28

18. 2011/12/29

19. 2011/12/30

20. 2011/12/31

21. 2012/1/1

22. 2012/1/2

23. 2012/1/3

24. 2012/1/4

25. 2012/1/5

26. 2012/1/6

27. 2012/1/7

28. 2012/1/8

29. 2012/1/9

30. 2012/1/10

31. 2012/1/11

32. 2012/1/12

33. 2012/1/13

34. 2012/1/14

35. 2012/1/15

36. 2012/1/16

37. 2012/1/17

38. 2012/1/18

39. 2012/1/19

40. 2012/1/20

41. 2012/1/21

42. 2012/1/22

43. 2012/1/23

44. 2012/1/24

45. 2012/1/25

46. 2012/1/26

47. 2012/1/27

48. 2012/1/28

49. 2012/1/29

50. 2012/1/30

51. 2012/1/31

52. 2012/2/1

53. 2012/2/2

54. 2012/2/3

55. 2012/2/4

56. 2012/2/5

57. 2012/2/6

58. 2012/2/7

59. 2012/2/8

60. 2012/2/9

61. 2012/2/10

62. 2012/2/11

63. 2012/2/12

64. 2012/2/13

65. 2012/2/14

66. 2012/2/15

67. 2012/2/16

68. 2012/2/17

69. 2012/2/18

70. 2012/2/19

71. 2012/2/20

72. 2012/2/21

73. 2012/2/22

74. 2012/2/23

75. 2012/2/24

76. 2012/2/25

77. 2012/2/26

78. 2012/2/27

79. 2012/2/28

80. 2012/2/29

81. 2012/2/30

82. 2012/3/1

83. 2012/3/2

84. 2012/3/3

85. 2012/3/4

86. 2012/3/5

87. 2012/3/6

88. 2012/3/7

89. 2012/3/8

90. 2012/3/9

91. 2012/3/10

92. 2012/3/11

93. 2012/3/12

94. 2012/3/13

95. 2012/3/14

96. 2012/3/15

97. 2012/3/16

98. 2012/3/17

99. 2012/3/18

100. 2012/3/19

101. 2012/3/20

102. 2012/3/21

103. 2012/3/22

104. 2012/3/23

105. 2012/3/24

106. 2012/3/25

107. 2012/3/26

108. 2012/3/27

109. 2012/3/28

110. 2012/3/29

111. 2012/3/30

112. 2012/3/31

113. 2012/4/1

114. 2012/4/2

115. 2012/4/3

116. 2012/4/4

117. 2012/4/5

118. 2012/4/6

119. 2012/4/7

120. 2012/4/8

121. 2012/4/9

122. 2012/4/10

123. 2012/4/11

124. 2012/4/12

125. 2012/4/13

126. 2012/4/14

127. 2012/4/15

128. 2012/4/16

129. 2012/4/17

130. 2012/4/18

131. 2012/4/19

132. 2012/4/20

133. 2012/4/21

134. 2012/4/22

135. 2012/4/23

136. 2012/4/24

137. 2012/4/25

138. 2012/4/26

139. 2012/4/27

140. 2012/4/28

141. 2012/4/29

142. 2012/4/30

143. 2012/5/1

144. 2012/5/2

145. 2012/5/3

146. 2012/5/4

147. 2012/5/5

148. 2012/5/6

149. 2012/5/7

150. 2012/5/8

151. 2012/5/9

152. 2012/5/10

153. 2012/5/11

154. 2012/5/12

155. 2012/5/13

156. 2012/5/14

157. 2012/5/15

158. 2012/5/16

159. 2012/5/17

160. 2012/5/18

161. 2012/5/19

162. 2012/5/20

163. 2012/5/21

164. 2012/5/22

165. 2012/5/23

166. 2012/5/24

167. 2012/5/25

168. 2012/5/26

169. 2012/5/27

170. 2012/5/28

171. 2012/5/29

172. 2012/5/30

173. 2012/5/31

174. 2012/6/1

175. 2012/6/2

176. 2012/6/3

177. 2012/6/4

178. 2012/6/5

179. 2012/6/6

180. 2012/6/7

181. 2012/6/8

182. 2012/6/9

183. 2012/6/10

184. 2012/6/11

185. 2012/6/12

186. 2012/6/13

187. 2012/6/14

188. 2012/6/15

189. 2012/6/16

190. 2012/6/17

191. 2012/6/18

192. 2012/6/19

193. 2012/6/20

194. 2012/6/21

195. 2012/6/22

196. 2012/6/23

197. 2012/6/24

198. 2012/6/25

199. 2012/6/26

200. 2012/6/27

201. 2012/6/28

202. 2012/6/29

203. 2012/6/30

204. 2012/7/1

205. 2012/7/2

206. 2012/7/3

207. 2012/7/4

208. 2012/7/5

209. 2012/7/6

210. 2012/7/7

211. 2012/7/8

212. 2012/7/9

213. 2012/7/10

214. 2012/7/11

215. 2012/7/12

216. 2012/7/13

217. 2012/7/14

218. 2012/7/15

219. 2012/7/16

220. 2012/7/17

221. 2012/7/18

222. 2012/7/19

223. 2012/7/20

224. 2012/7/21

225. 2012/7/22

226. 2012/7/23

227. 2012/7/24

228. 2012/7/25

229. 2012/7/26

230. 2012/7/27

231. 2012/7/28

232. 2012/7/29

233. 2012/7/30

234. 2012/7/31

235. 2012/8/1

236. 2012/8/2

237. 2012/8/3

238. 2012/8/4

239. 2012/8/5

240. 2012/8/6

241. 2012/8/7

242. 2012/8/8

243. 2012/8/9

244. 2012/8/10

245. 2012/8/11

246. 2012/8/12

247. 2012/8/13

248. 2012/8/14

249. 2012/8/15

250. 2012/8/16

251. 2012/8/17

252. 2012/8/18

253. 2012/8/19

254. 2012/8/20

255. 2012/8/21

256. 2012/8/22

257. 2012/8/23

258. 2012/8/24

259. 2012/8/25

260. 2012/8/26

261. 2012/8/27

262. 2012/8/28

263. 2012/8/29

264. 2012/8/30

265. 2012/8/31

266. 2012/9/1

267. 2012/9/2

268. 2012/9/3

269. 2012/9/4

270. 2012/9/5

271. 2012/9/6

272. 2012/9/7

273. 2012/9/8

Vanir de Mattos

OAB/RS 32.692



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
Estado do Rio Grande do Sul
NOVO HAMBURGO - CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: JAIR HENRIQUE FOSCARINI, brasileiro, casado, com cadastro no CPF sob nº. 249.705.900-44 e RG nº. 4014193645, residente e domiciliado na Av. Dr. Maurício Cardoso, nº. 1601, ap. 902, em Novo Hamburgo – RS.

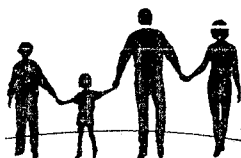
OUTORGADOS: VANIR DE MATTOS, advogado com inscrição na OAB/RS sob o nº 32.692, com endereço profissional na Rua Estocolmo, nº 220, sala 105, Novo Hamburgo/RS, onde recebe intimações e notificações.

FINALIDADE: Pelo presente instrumento particular de mandato, o OUTORGANTE supra referido nomeia e constitui seus bastantes procuradores, o OUTORGADO, neste instrumento qualificado para, em conjunto ou separadamente, representá-lo judicialmente (art. 38, do CPC) ou extrajudicialmente, em qualquer grau de jurisdição, em todas as demandas judiciais ou delas decorrentes, administrativamente, inclusive perante a Secretaria do Tesouro Nacional, em que o Município for parte, na condição de autor, réu, interessado ou interveniente.

PODERES: Para tanto, outorga - lhes plenos poderes para o foro geral, mais os poderes especiais de confessar, reconhecer a procedência do pedido, renunciando ao direito em que se funda a ação, desistir, transigir, reconvir, partilhar, firmar compromisso, acordar, receber e dar quitação, adjudicar, arrematar, remir, recorrer, inclusive substabelecer o presente, no todo ou em parte, podendo ainda praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato, como se expressamente declarados fossem.

Novo Hamburgo, 07 de julho de 2008.

JAIR HENRIQUE FOSCARINI
Prefeito Municipal



NOVO HAMBURGO

Administrando de mãos dadas com você

Gestão 2005-2008

Memo. nº 111/2007

Novo Hamburgo, 6 de dezembro de 2007.

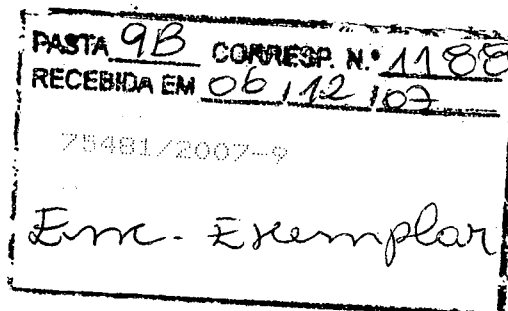
Ao Senhor
JOSÉ CÁCIO AULER BORTOLINI
Md. Secretário de Assuntos Jurídicos

Senhor Secretário

Encaminho, em anexo, para providências pertinentes, exemplar do processo legislativo que culminou com a sanção, pelo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores, o Projeto de Lei que ensejou a Lei Municipal nº 1.716/2007, de 3 de dezembro de 2007, que "Acrescenta parágrafo ao Artigo 1º da Lei Municipal nº 1270, de 23 de maio de 2005, que 'Dispõe sobre o envio, para o Legislativo, do processo de cálculo tarifário dos ônibus e táxis.'"

Atenciosamente,


MARCIA BEATRIZ VIEGAS
Assessora da Diretoria de Expediente





CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LEI MUNICIPAL Nº 1716/2007, de 03 de dezembro de 2007.

Acrescenta parágrafo ao Artigo 1º da Lei Municipal Nº 1270, de 23 de maio de 2005, que "Dispõe sobre o envio, para o Legislativo, do processo de cálculo tarifário dos ônibus e táxis".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO:

Faço saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

"Art. 1º...

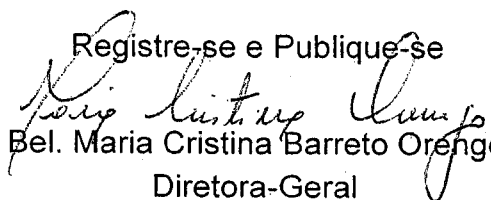
§ O expediente completo deverá conter o(s) valor(s) exato(s) da (s) tarifa(s) de ônibus que o Poder Executivo irá decretar."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA "VICTOR HUGO KUNZ", aos 03 (três) dias do mês de dezembro do ano de 2007 (dois mil e sete).


ITO LUCIANO
Presidente

Registre-se e Publique-se


Bel. Maria Cristina Barreto Orengo
Diretora-Geral



NOVO HAMBURGO

Administrando de mãos dadas com você

Gestão 2005-2008

PUBLICAÇÃO: JORNAL "NH"
Edição: 05/12/2007
PÁGINA: 36



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

Estado do Rio Grande do Sul

LEI MUNICIPAL Nº 1716/2007, de 03 de dezembro de 2007.

Acréscima parágrafo ao Artigo 1º da Lei Municipal nº 1270, de 23 de maio de 2005, que "Dispõe sobre o envio, para o Legislativo, do processo de cálculo tarifário dos ônibus e táxis".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO:

Faço saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

"Art. 1º

§ O expediente completo deverá conter o(s) valor(es) exato(s) da(s) tarifa(s) do ônibus que o Poder Executivo irá decretar."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA "VICTOR HUGO KUNZ", aos 03 (três) dias do mês de dezembro do ano de 2007 (dois mil e sete).

Registre-se e Publique-se

ITO LUCIANO - Presidente

Bel. Maria Cristina Barreto Orengo - Diretora-Geral

"Contribua com o Fundo Municipal da Criança e Adolescente" - "Doa Sangue, Doa Órgãos, SALVE UMA VIDA"

"Doa Medula Óssea, Salve Uma Vida, informe-se pelo fone 0800-8832323"



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Of. N° 1239/14L/2007

Novo Hamburgo, 28 de novembro de 2007.

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

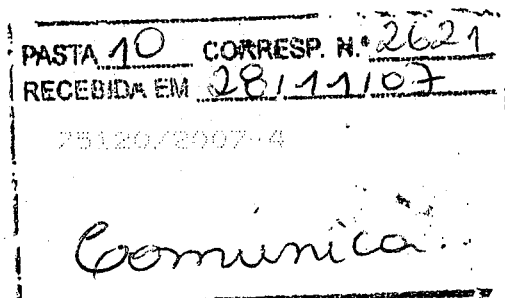
Comunicamos a Vossa Excelência que o Veto Total ao Projeto-de-Lei N° 146/14L/2007, que "Acrescenta parágrafo ao Artigo 1° da Lei Municipal N° 1270, de 23 de maio de 2005, que 'Dispõe sobre o envio, para o Legislativo, do processo de cálculo tarifário dos ônibus e táxis'", foi rejeitado.

Outrossim, solicitamos que sejam tomadas as providências cabíveis.

Atenciosamente,


ITO LUCIANO,
Presidente.

Excelentíssimo Senhor
JAIR FOSCARINI
Prefeito Municipal
NOVO HAMBURGO – RS



/APS



NOVO HAMBURGO

Administrando de mãos dadas com você

Gestão 2005-2008



Of. nº 80/10/496 - SEMA/MAK

Novo Hamburgo, 13 de setembro de 2007.

Ao Senhor
ITO LUCIANO
Md. Presidente da Câmara de Vereadores
NOVO HAMBURGO - RS

Assunto: **Veto total ao Projeto de Lei nº 146/14L/2007**

Senhor Presidente

Venho à presença de Vossa Senhoria, bem assim dos demais nobres Pa-
res que integram essa colenda Casa Legislativa, com a finalidade de, com fulcro nos
artigos 44, § 1º, e 59, V, da Lei Orgânica Municipal, VETAR, na sua totalidade, por jul-
gá-lo inconstitucional, o Projeto de Lei nº 146/14L/2007, que "Acrescenta parágrafo ao-
Artigo 1º da Lei Municipal Nº 1270, de 23 de maio de 2005, que "Dispõe sobre o envio,
para o Legislativo, do processo de cálculo tarifário dos ônibus e táxis.", de autoria do
nobre Vereador Ralfe Cardoso.

Ouvidas acerca da proposição, assim se pronunciaram, respectivamente,
a Diretoria de Transportes e a Procuradoria Geral do Município:

*"Considerando que a tarifação dos serviços de transporte de passageiros
é competência do Poder Executivo;*

*Considerando que, atualmente, a Administração Municipal está recebendo o apoio consultivo do Conselho Municipal de Transportes na gestão do
Transporte Público Municipal;*

*Propomos que seja vetado o Projeto de Lei **146/14L/2007**.*

Propomos ainda o encaminhamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade à Lei Municipal Nº 1270, de 23 de maio de 2005."

*"Diante da manifestação constante do item supra, por vício de iniciativa,
propomos seja o Projeto vetado."*

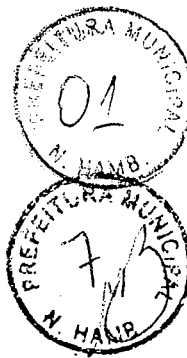
Este, Senhor Presidente, o motivo que me levou a vetar integralmente o
Projeto de Lei em causa, submetendo este veto à deliberação dessa Câmara Municipal
de Vereadores.

Sendo o que se apresenta ao momento, reafirmo na oportunidade protes-
tos de distinta consideração e vivo apreço.


JAIR HENRIQUE FOSCARINI
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



OF. Nº 848/14L/2007

Novo Hamburgo, 24 de agosto de 2007.

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

Encaminhamos a Vossa Excelência cópia do Projeto-de-Lei Nº 146/14L/2007, que "Acrescenta parágrafo ao Artigo 1º da Lei Municipal Nº 1270, de 23 de maio de 2005, que 'Dispõe sobre o envio, para o Legislativo, do processo de cálculo tarifário dos ônibus e táxis' ", de autoria do Vereador Ralfe Cardoso, o qual foi aprovado.

Atenciosamente,


ITO LUCIANO,
Presidente.

Excelentíssimo Senhor
JAIR FOSCARINI
Prefeito Municipal
NOVO HAMBURGO – RS

/APS

PASTA	10	CORRESP. N.º	1688
RECEBIDA EM	24/08/07		
70863/2007-2			
PL. 146/14L/07.			



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,
Senhoras Vereadoras:

A Lei Municipal Nº 1.270, de 23 de maio de 2005, estabelece em seu Artigo 1º que o Poder Executivo de Novo Hamburgo deve enviar à Câmara Municipal o expediente completo do processo de reajuste da tarifa do transporte coletivo público no mínimo 30 dias antes de ser decretado.

Desde a publicação da referida lei, é notório o avanço em direção ao exercício da democracia no que se refere à taxação dos serviços públicos. Já ocorreram dois reajustes sob a nova legislação e a discussão acerca de sua necessidade foi pública, estimulada pelos agentes do Poder Legislativo, de posse das informações fornecidas pela Prefeitura.

Não obstante, nos dois reajustes, o decreto do Prefeito Municipal estabeleceu o valor da tarifa em índice inferior ao indicado pelas planilhas de cálculo enviadas ao Legislativo. Dessa forma, o debate com a sociedade no tocante ao impacto do aumento fica prejudicado, visto que não há previsão precisa quanto ao valor da passagem após o aumento.

Nesse contexto, visa a presente proposição acrescentar um novo parágrafo ao Artigo 1º da Lei Municipal Nº 1270, de 23 de maio de 2005, de modo a determinar que o Poder Executivo inclua ao expediente completo do processo de reajuste da tarifa do transporte coletivo público o índice exato a ser decretado pelo Prefeito Municipal.

Diante do exposto, convido, portanto, os Nobres Vereadores para que somemos esforços a fim de aprovar este projeto, proporcionando à sociedade civil hamburguesa a possibilidade de debater com maior propriedade os impactos do aumento da passagem no orçamento familiar.

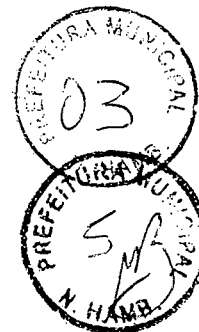
Novo Hamburgo, 30 de julho de 2007.


Vereador Ralfe Cardoso

Obs.: Redação conforme o original do autor.
/MCS



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



PROJETO-DE-LEI Nº 146/14L/2007

Acrescenta parágrafo ao Artigo 1º da Lei Municipal Nº 1270, de 23 de maio de 2005, que "Dispõe sobre o envio, para o Legislativo, do processo de cálculo tarifário dos ônibus e táxis".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO:

Faço saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

"Art. 1º...

§ O expediente completo deverá conter o(s) valor(s) exato(s) da (s) tarifa(s) de ônibus que o Poder Executivo irá decretar."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO,

aos...

Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



LEI MUNICIPAL Nº 1.270/2005, de 23 de maio de 2005.

**Dispõe sobre o envio,
para o Legislativo, do
processo de cálculo
tarifário dos ônibus e
táxis.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO:

Faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo enviará, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, antes da decretação do reajuste tarifário no sistema de transporte coletivo e táxis, o expediente completo contendo os comprovantes de cálculo das tarifas.

Parágrafo único. Deve ser enviada também, observado o prazo supra mencionado, a identificação das placas dos veículos objeto dos cálculos das tarifas.

Art. 2º Recebido o processo, imediatamente o Presidente da Câmara Municipal o encaminhará à Comissão de Obras e Serviços Públicos, onde ficará à disposição dos Vereadores e da comunidade, para exame e consulta.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 13/93, de 7 de abril de 1993.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO, aos 23 (vinte e três) dias do mês de maio do ano de 2005.

JAIR HENRIQUE FOSCARINI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

HÉLIO FELTES
Secretário de Administração



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 146/14L/2007

DATA: 30/07/2007

EMENTA: Acrescenta parágrafo ao Artigo 1º da Lei Municipal Nº 1270, de 23 de maio de 2005, que "Dispõe sobre o envio, para o Legislativo, do processo de cálculo tarifário dos ônibus e táxis".

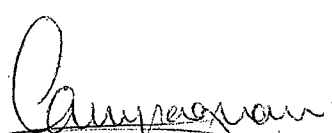
AUTORIA: Vereador Ralfe Cardoso

PARECER

Esta Comissão opina pela **constitucionalidade e legalidade** do projeto. S.M.J.

Novo Hamburgo, 16 de agosto de 2007.


Vereador Paulo Kopschina – Presidente


Vereador Volnei Campagnoni – Secretário


Vereador Renan Schaurich – Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



**COMISSÃO DE COMPETITIVIDADE, FINANÇAS,
ORÇAMENTO, ECONOMIA E PLANEJAMENTO**

PROJETO DE LEI Nº 146/14L/2007

DATA: 30/07/2007

EMENTA: Acrescenta parágrafo ao Artigo 1º da Lei Municipal Nº 1270, de 23 de maio de 2005, que "Dispõe sobre o envio, para o Legislativo, do processo de cálculo tarifário dos ônibus e táxis".

AUTORIA: Vereador Ralfe Cardoso

PARECER

Esta Comissão opina **favoravelmente** ao projeto.

Novo Hamburgo, 16 de agosto de 2007.


Vereador Renan Schaurich – Presidente


Vereador Antonio Lucas – Secretário


Vereador Volnei Campagnoni – Relator

FOLHA DE DESPACHOS Nº 01
PROTOCOLO Nº 70863/07-2
(número / ano / dígito)



1) ATENÇÃO:

O presente Projeto de Lei deve retornar à SEMA impreterivelmente até o dia 12/09/2007, para fins de sanção ou veto.
(Art. 44, § 1º, Lei Orgânica)

2) Ao Gabinete.

Com vista a PGM.

27/08/07

João Alberto Antônio
Secretário de Administração

3) À P.G.M.

Para opinar.

30/8/07

Jurandir P. da Costa
CHEFE DE GABINETE

4) À SEMTRAS

Para apreciação preliminar

NH, 03/09/07

ANA PAULA PACHECO
Assessora Jurídica PGM / PMNH
OAB/RS n.º 36.848

5) R.R. D.tons

plêneio.

Em 09/07

José Carlos Trevisan
Secretário de Segurança
Trânsito e Transportes

6) Ao Secretário da SEMTRAS:

Considerando que a tarifação dos serviços de transporte de passageiros é competência do Poder Executivo;

Considerando que, atualmente, a Administração Municipal está recebendo o apoio consultivo do Conselho Municipal de Transportes na gestão do Transporte Público Municipal;

Propomos que seja vetado o Projeto de Lei 146/14L/2007.

Propomos ainda o encaminhamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade à Lei Municipal Nº 1270, de 23 de maio de 2005.

Em 12 de setembro de 2007.

Irineu Alban
Diretor de Transportes
SEMTRAS - P.M.N.H.

7) Seme

plêneio

Em 21/9/07

José Carlos Trevisan
Secretário de Segurança
Trânsito e Transportes

① Ao Sr. Wê :

PARA PROPOSTA
DE AGUIN, CASO
AINDA NÃO TENHA
SIDO PROPOSTA.

Wê 07/12/07

José Cacio Auler Bortolini
Secretário de Assuntos Jurídicos

[::: Imprimir :::](#)

Câmara Municipal de Novo Hamburgo

Estado do Rio Grande do Sul

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Promulgada em 03 de abril de 1990.

Nós, representantes do povo e do Município de Novo Hamburgo, reunidos em Câmara Constituinte Municipal, com os poderes outorgados pela Constituição da República Federativa do Brasil e pela Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, com o pensamento voltado para a construção de uma sociedade soberana, livre, igualitária e democrática, fundada nos princípios da justiça, do pleno exercício da cidadania, da ética, da moral e do trabalho, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO.

Título I - DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

Capítulo I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Município de Novo Hamburgo, parte integrante da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, reger-se-á por esta Lei Orgânica e demais leis que adotar, respeitados os princípios estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual.

Art. 2º São poderes do Município, independentes, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º É vedada a delegação de atribuições entre os poderes.

§ 2º O cidadão, investido na função de um deles, não pode exercer a de outro, salvo nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Art. 3º É mantido o atual território do Município, cujos limites só podem ser alterados nos termos da Legislação Estadual.

Art. 4º São símbolos do Município de Novo Hamburgo, o brasão, a bandeira, o hino e outros estabelecidos em Lei.

Parágrafo único. O dia cinco de abril é a data magna do Município.

Art. 5º A autonomia do Município se expressa:

- I - pela eleição direta dos Vereadores que compõem o Poder Legislativo Municipal;
- II - pela eleição direta do Prefeito e do Vice-Prefeito que compõem o Poder Executivo Municipal;
- III - pela administração própria, em assuntos de interesse local.

Capítulo II - DA COMPETÊNCIA

Art. 6º Compete ao Município, no exercício de sua autonomia:

- I - organizar-se administrativamente, observadas as legislações federal e estadual;
- II - decretar leis, expedir decretos e atos relativos aos assuntos de seu peculiar interesse;
- III - administrar bens, adquiri-los e aliená-los, aceitar doações, legados e heranças e dispor de sua aplicação;
- IV - desapropriar, por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, nos casos previstos em Lei;
- V - conceder e permitir os serviços públicos locais e os que lhe sejam concernentes;
- VI - organizar os quadros e estabelecer o regime jurídico de seus servidores;
- VII - elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, estabelecendo normas de edificações, loteamentos, zoneamentos e de diretrizes urbanísticas convenientes à ordenação de seu território, como um instrumento orientador e básico dos processos de transformação do espaço urbano;
- VIII - estabelecer normas de prevenção e controle do ruído e da poluição do meio ambiente, do espaço aéreo e das águas;

- IX** - conceder e permitir os serviços de transporte coletivo, táxi e outros, fixando suas tarifas, itinerários, pontos de estacionamento e paradas;
- X** - regulamentar a utilização dos logradouros públicos e sinalizar as faixas de rolamento e zonas de silêncio;
- XI** - disciplinar os serviços de carga e descarga e a fixação de tonelagem máxima permitida;
- XII** - estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços;
- XIII** - regulamentar e fiscalizar a instalação e funcionamento dos elevadores;
- XIV** - disciplinar a limpeza dos logradouros públicos, a remoção do lixo domiciliar e dispor sobre a prevenção de incêndios;
- XV** - licenciar estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços e outros, cassando seus alvarás quando infringirem a lei vigente ou se tornarem danosos à saúde e ao meio ambiente;
- XVI** - fixar os feriados municipais, bem como o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços e outros;
- XVII** - legislar sobre o serviço funerário e cemitérios, fiscalizando os que pertencerem a entidades particulares;
- XVIII** - interditar edificações em ruínas ou em condições de insalubridade e fazer demolir construções que ameacem a segurança coletiva;
- XIX** - regulamentar a fixação de cartazes, anúncios, emblemas e quaisquer outros meios de publicidade;
- XX** - regulamentar e fiscalizar as competições esportivas, os espetáculos e os divertimentos públicos;
- XXI** - legislar sobre a apreensão e depósito de semoventes, mercadorias e móveis em geral, no caso de transgressão de leis e demais atos municipais, bem como sobre a forma e condições de venda das coisas e bens apreendidos;
- XXII** - legislar sobre serviços públicos e regulamentar os processos de instalação, distribuição e consumo de água, gás, luz e energia elétrica e todos os demais serviços de caráter e uso coletivo;
- XXIII** - controlar os vazios urbanos com aplicação do IPTU progressivo, dando prazo para o aproveitamento desses espaços;
- XXIV** - instalar equipamentos de reciclagem e compostagem de resíduos domiciliares, dentro de padrões ecológicos de preservação ambiental de experiência e técnicas comprovadas;
- XXV** - regulamentar o transporte de cargas tóxicas no território municipal;
- XXVI** - promover uma arborização urbana, segundo critérios científicos, privilegiando espécies nativas.

Art. 7º ~~O Município pode celebrar convênios com a União, o Estado e os Municípios, mediante autorização da Câmara Municipal, para a execução de suas leis, serviços e decisões, ou outros encargos análogos a esses estereos.~~

§ 1º Os convênios podem visar à realização de obras ou à exploração de serviços públicos de interesse comum.

§ 2º Pode, ainda, o Município, através de convênios ou consórcios com outros Municípios, criar entidades intermunicipais para a realização de obras, atividades ou serviços específicos de interesse comum, devendo os mesmos serem aprovados por leis dos Municípios participantes.

§ 3º É permitido delegar, entre o Estado e o Município, também por convênio, os serviços de competência concorrente, assegurados os recursos necessários.

Art. 8º Compete, ainda, ao Município, em concorrência com a União ou o Estado, ou supletivamente a eles:

- I** - zelar pela saúde, higiene, meio ambiente, segurança e assistência pública;
- II** - promover o ensino, a educação e a cultura;
- III** - estimular o melhor aproveitamento da terra e as defesas contra as formas de exaustão do solo;
- IV** - abrir e conservar estradas e caminhos e determinar a execução de serviços públicos;
- V** - promover a defesa sanitária vegetal e animal, o controle de insetos e animais daninhos por meios que não comprometam o meio ambiente e a saúde humana;
- VI** - proteger os documentos, as obras, os monumentos, as paisagens naturais notáveis, os sítios arqueológicos e outros bens de valor histórico, artístico e cultural;
- VII** - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e outros bens de valor histórico e cultural;
- VIII** - amparar a maternidade, a infância e os desvalidos, coordenando e orientando os serviços no âmbito do Município;
- IX** - estimular a educação e a prática desportiva;
- X** - proteger os munícipes contra os fatores que possam conduzi-los ao abandono físico, moral e intelectual;
- XI** - tomar as medidas necessárias para restringir a mortalidade e a morbidez infantil, impedindo a propagação de doenças transmissíveis;
- XII** - incentivar o comércio, a indústria, a agricultura, o turismo e outras atividades que visem ao desenvolvimento econômico;
- XIII** - fiscalizar a produção, a conservação, o comércio e o transporte de gêneros alimentícios, destinados ao abastecimento público;

XIV - regulamentar e exercer outras atribuições não vedadas pelas Constituições Federal e Estadual.

Art. 9º São tributos da competência municipal:

I - imposto sobre:

- a)** propriedade predial e territorial urbana;
- b)** transmissão "intervivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição;
- c)** venda a varejo de combustível líquido e gasoso, exceto óleo diesel;
- d)** serviços de qualquer natureza, exceto os da competência estadual, definidos em lei complementar federal.

II - taxas;

III - contribuição de melhoria.

§ 1º Na cobrança dos impostos mencionados no inciso I, aplicam-se as regras constantes do art. 156, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal.

§ 2º O imposto de que trata o inciso I, letra "d", deste artigo não incidirá sobre as operações realizadas por microempresas, assim definidas em Lei, sem prejuízo dos demais benefícios previstos na Legislação.

§ 3º O imposto de que trata o inciso I, letra "b", deste artigo, quando nas alienações a título oneroso, de imóveis localizados na área rural, incidirá sobre 50% (cinquenta por cento) do respectivo valor de avaliação.

Art. 10. Ao Município é vedado:

I - permitir ou fazer uso de estabelecimento gráfico, jornal, estação de rádio, televisão, serviço de alto-falante ou qualquer outro meio de comunicação de sua propriedade para propaganda político-partidária ou fins estranhos à Administração;

II - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-las, embaraçar-lhes o exercício ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança.

Capítulo III - DO PODER LEGISLATIVO

Seção I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 12. Fica fixado em 21 (vinte e um) o número de Vereadores à Câmara Municipal, conforme preceitua a Constituição Federal.

Art. 13. A Câmara Municipal, independentemente de convocação, reunir-se-á em sessão legislativa ordinária, na sede do Município, de 1º de fevereiro a 15 de dezembro, em dia e horário estabelecidos no Regimento Interno.

Art. 14. No primeiro ano de cada legislatura, cuja duração coincide com a do mandato dos Vereadores, a Câmara reunir-se-á no dia 1º de janeiro para dar posse aos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, bem como eleger a Mesa, a comissão representativa e as comissões permanentes, entrando, após, em recesso.

§ 1º A sessão a que se refere o "caput" terá caráter solene e será presidida pelo mais votado dos edis presentes, obedecendo à ordem protocolar abaixo:

I - entrega à Mesa do diploma e da declaração de bens de cada um dos Vereadores presentes;

II - prestação de compromisso legal;

III - posse dos Vereadores presentes;

IV - prestação de compromisso e posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;

V - eleição, através de voto aberto e declarado, e posse dos membros da Mesa;

VI - eleição e posse dos membros da Comissão Representativa e das demais Comissões Permanentes;

VII - indicação dos Líderes de Bancada.

§ 2º O compromisso referido no inciso II deste artigo será representado da seguinte forma:

a) o Presidente lerá a fórmula:

"PROMETO EMPENHAR O MANDATO POPULAR QUE ME FOI CONFERIDO PARA A AFIRMAÇÃO DOS VALORES SUPREMOS DA LIBERDADE E DA VIDA DIGNA E PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NAÇÃO DEMOCRÁTICA, JUSTA E IGUALITÁRIA SOCIALMENTE. PROMETO EMPENHAR O MANDATO POPULAR QUE ME FOI CONFERIDO PARA O COMBATE À CORRUPÇÃO, AOS PRIVILÉGIOS, À DEMAGOGIA, À INTOLERÂNCIA E ÀS PRÁTICAS AUTORITÁRIAS; PROMETO EMPENHAR O MANDATO POPULAR QUE ME FOI CONFERIDO PARA A DEFESA DA CIDADANIA, PARA O COMBATE AO TRÁFICO DE INFLUÊNCIAS, À POLÍTICA DE CLIENTELA E À MERCANTILIZAÇÃO DO VOTO".

b) cada Vereador, chamado nominalmente, a seguir deverá responder:

"ASSIM O PROMETO".

c) prestado o compromisso por todos os Vereadores, o Presidente dar-lhes-á posse com as seguintes palavras:

"DECLARO EMPOSSADOS OS VEREADORES QUE PRESTARAM COMPROMISSO".

§ 3º Se não houver maioria absoluta dos membros para a eleição da Mesa, o Vereador mais votado, dentre os presentes na sessão de instalação da Legislatura, permanecerá na Presidência da Câmara, convocando sessões diárias, até que seja eleita a Mesa, com a posse dos seus membros.

§ 4º Se não houver Vereador presente à sessão de instalação da legislatura, caberá ao Juiz Eleitoral da Comarca receber o compromisso do Prefeito e do Vice-Prefeito, dando posse aos mesmos.

§ 5º A seguir, constituir-se-á a Comissão Representativa, na forma estabelecida neste diploma.

§ 6º Será de um ano o mandato da Mesa, proibida a reeleição para o mesmo cargo.

§ 7º A competência e as atribuições dos membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal serão definidas em seu Regimento Interno.

§ 8º Na última sessão legislativa ordinária de cada ano, exceto a última da legislatura, será eleita e tomará posse a Mesa Diretora para o ano subsequente.

§ 9º Na primeira Sessão Legislativa Ordinária de cada ano, exceto a primeira da Legislatura, serão eleitas e tomarão posse as Comissões Permanentes e a Comissão Representativa para o ano em curso.

Art. 15 - A convocação extraordinária da Câmara cabe ao seu Presidente, a um terço de seus membros, à Comissão Representativa ou ao Prefeito.

§ 1º Nas sessões extraordinárias, a Câmara somente pode deliberar sobre a matéria da convocação.

§ 2º Para as reuniões extraordinárias, a convocação dos Vereadores será pessoal e por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 16. Na composição da Mesa e das Comissões será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos.

Art. 17. Salvo disposição em contrário da Constituição Federal, desta Lei Orgânica e do Regimento Interno, as deliberações da Câmara Municipal serão tomadas por maioria simples de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara ou seu substituto votará somente quando houver empate, quando a matéria exigir quorum qualificado e nas votações secretas.

Art. 18. A votação de doações financeiras a entidades e todas as formas de auxílio financeiro prestadas pelo Município, sob a forma de créditos adicionais especiais, serão realizadas duas vezes ao ano, nos meses de maio e novembro, excetuados os casos de extrema urgência.

Art. 19. As sessões da Câmara são públicas e o voto é aberto.

§ 1º O voto é secreto somente nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

§ 2º A Câmara poderá realizar sessões de caráter secreto, requeridas com fundamentação e submetidas à apreciação do Plenário.

Art. 20. Anualmente, dentro de 60 (sessenta) dias do início da sessão legislativa, a Câmara receberá, em sessão especial, o Prefeito, que informará, através de relatório, o estado em que se encontram os assuntos municipais.

Parágrafo único. Sempre que o Prefeito manifestar propósito de expor assuntos de interesse público, a Câmara o receberá em sessão previamente designada.

Art. 21. A Câmara Municipal ou suas Comissões, por requerimento aprovado em Plenário, podem convocar Secretários Municipais, titulares de autarquias ou de instituições de que participe o Município, para comparecerem perante elas, a fim de prestarem informações sobre assunto previamente designado e constante da convocação.

§ 1º Três (3) dias úteis antes do comparecimento, deverá ser enviada à Câmara exposição em torno das informações solicitadas.

§ 2º Independentemente de convocação, quando o Secretário ou Diretor desejarem prestar esclarecimentos ou solicitar providências legislativas a qualquer Comissão, esta designará dia e hora para ouvi-lo.

Art. 22. A Câmara pode criar comissão parlamentar de inquérito sobre fato determinado, nos termos do Regimento Interno, por requerimento de, no mínimo, um terço de seus membros.

Seção II - DOS VEREADORES

Art. 23. Os Vereadores têm livre acesso aos Órgãos da Administração direta e indireta do Município, mesmo sem prévio aviso.

Art. 24. É vedado ao Vereador:

I - desde a expedição do diploma:

- a)** celebrar contrato com a administração pública, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
- b)** *(Esta alínea foi revogada pelo art. 1º da Emenda à Lei Orgânica nº 003, de 30.05.2007).*

II - desde a posse:

- a)** ser diretor, proprietário ou sócio de empresa beneficiada com privilégio, isenção ou favor, em virtude de contrato com a administração pública municipal;
- b)** exercer outro mandato público eletivo.

Art. 25. Sujeita-se à perda do mandato o Vereador que:

- I -** infringir qualquer das disposições estabelecidas no artigo anterior;
- II -** utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção, de improbidade administrativa ou atentatórios às instituições vigentes;
- III -** proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública;
- IV -** faltar a um décimo das sessões ordinárias e/ou extraordinárias, salvo a hipótese prevista no § 1º;
- V -** fixar domicílio eleitoral fora do Município.

§ 1º As ausências não serão consideradas faltas quando acatadas pelo Plenário.

§ 2º - É objeto de disposições regimentais o rito a ser seguido nos casos deste artigo, respeitadas as legislações estadual e federal.

Art. 26. Não perde o mandato o Vereador:

- I -** investido no cargo de Secretário Municipal, Diretor de Autarquia, Economia Mista ou Fundação, bem como em cargos equivalentes em âmbito estadual ou federal;
- II -** licenciado por motivo de doença ou para tratar, sem remuneração, de assuntos particulares.

Art. 27. Nos casos do artigo anterior e nos de licença, legítimo impedimento e vaga por morte ou renúncia, o Vereador será substituído pelo suplente, convocado nos termos da Lei.

§ 1º O legítimo impedimento ou a licença devem ser reconhecidos pela própria Câmara, e o Vereador declarado afastado será considerado como em pleno exercício de seu mandato.

§ 2º Dentre os casos acima, será devida a remuneração em sua integralidade, quando o afastamento do Vereador ocorrer pelos motivos de doença ou compromisso obrigatório na justiça, mediante atestados comprobatórios, ou falecimento de cônjuge ou companheiro(a), irmão(ã), ascendente ou filhos de qualquer condição.

I - em caso de afastamento por motivo de doença, por um prazo superior a dez dias, a comprovação far-se-á mediante atestado médico fornecido por junta médica indicada pela Mesa Diretora.

II - a junta médica citada anteriormente deverá ser composta por dois médicos indicados pela Mesa Diretora da Câmara e um médico que realizou a consulta e forneceu atestado para o Vereador.

§ 3º Na hipótese de falecimento tal como previsto no parágrafo anterior, o Vereador perceberá a remuneração do dia do falecimento e do sepultamento.

Art. 28. Os Vereadores perceberão a remuneração que lhes for fixada pela Câmara, no último ano da legislatura anterior, até 30 (trinta) dias antes das eleições.

Art. 29. O servidor público eleito Vereador deve optar entre a remuneração do respectivo cargo e a da vereança, se não houver compatibilidade de horários.

Parágrafo único. Havendo compatibilidade de horários, perceberá a remuneração do cargo e a inerente ao mandato da vereança.

Seção III - DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 30. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito:

I - legislar sobre todas as matérias atribuídas ao Município pelas Constituições da União e do Estado, e por esta Lei Orgânica;

II - votar:

- a)** o Plano Plurianual;
- b)** as diretrizes orçamentárias;
- c)** os orçamentos anuais;
- d)** as metas prioritárias;
- e)** o plano de auxílios e subvenções;

III - decretar leis;

IV - legislar sobre tributos de competência municipal;

- V - legislar sobre a criação e extinção de cargos e funções do Município, bem como fixar e alterar vencimentos e outras vantagens pecuniárias;
- VI - votar leis que disponham sobre a alienação e aquisição de bens imóveis;
- VII - legislar sobre a concessão de serviços públicos do Município;
- VIII - legislar sobre a concessão e permissão de uso de próprios municipais;
- IX - dispor sobre a divisão territorial do Município, respeitadas as legislações federal e estadual;
- X - criar, alterar, reformar ou extinguir órgãos públicos do Município;
- XI - deliberar sobre empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de seu pagamento;
- XII - transferir, temporária ou definitivamente, a sede do Município, quando o interesse público o exigir;
- XIII - cancelar, nos termos da Lei, a dívida ativa do Município, autorizar a suspensão de sua cobrança e a relevação de ônus de juros.

Art. 31. É da competência exclusiva da Câmara Municipal:

- I - eleger sua Mesa, elaborar seu Regimento Interno e dispor sobre sua organização e polícia;
- II - propor a criação e extinção de cargos de seu quadro de pessoal e serviços, dispor sobre o provimento dos mesmos, fixar e alterar seus vencimentos e outras vantagens;
- III - emendar a Lei Orgânica ou reformá-la;
- IV - representar, pela maioria de seus membros, para efeito de intervenção no Município;
- V - ~~autorizar convênios e contratos de interesse municipal;~~
- VI - exercer a fiscalização da administração financeira e orçamentária do Município, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, e julgar as contas do Prefeito;
- VII - sustar atos do Poder Executivo que exorbitem da sua competência, ou se mostrem contrários ao interesse público;
- VIII - fixar a remuneração de seus membros e do Prefeito;
- IX - autorizar o Prefeito a afastar-se do Município por mais de cinco dias úteis;
- X - convocar qualquer Secretário, titular de autarquia ou de instituição de que participe o Município, para prestar informações;
- XI - mudar, temporária ou definitivamente, a sua sede;
- XII - dar posse ao Prefeito, bem como declarar extinto o seu mandato nos casos previstos em Lei;
- XIII - conceder licença ao Prefeito;
- XIV - suspender a execução, no todo ou em parte, de qualquer ato, resolução ou regulamento municipal, declarado infringente à Constituição, à Lei Orgânica ou às leis, pelo Poder Judiciário;
- XV - criar Comissão Parlamentar de Inquérito;
- XVI - fixar o número de Vereadores para a legislatura seguinte, até 120 (cento e vinte) dias da respectiva eleição.

Parágrafo único. No caso de não ser fixado o número de Vereadores no prazo do inciso XVI, será mantida a composição da legislatura em curso.

Seção IV - DA COMISSÃO REPRESENTATIVA

Art. 32. A Comissão Representativa funciona no recesso da Câmara Municipal e tem as seguintes atribuições:

- I - zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo;
- II - zelar pela observância da Lei Orgânica;
- III - autorizar o Prefeito a se ausentar do Município no caso do inciso IX, do art. 31;
- IV - convocar extraordinariamente a Câmara;
- V - tomar medidas urgentes de competência da Câmara Municipal.

Parágrafo único. As normas relativas ao desempenho das atribuições da Comissão Representativa são estabelecidas no Regimento Interno.

Art. 33. A Comissão Representativa é composta de cinco membros efetivos, inclusive o Presidente, e quatro suplentes, eleitos em votação secreta.

Parágrafo único. A Presidência da Comissão Representativa cabe ao Presidente da Câmara.

Art. 34. A Comissão Representativa deve apresentar relatório dos trabalhos por ela realizados, quando do reinício do período de funcionamento ordinário da Câmara.

Seção V - DAS LEIS E DO PROCESSO LEGISLATIVO

Art. 35. O Processo Legislativo compreende a elaboração de:

- I - Emendas à Lei Orgânica;
- II - Leis Ordinárias;
- III - Decretos Legislativos;

IV - Resoluções;

V - (Este inciso foi suprimido pelo art. 2º da Emenda 001/13L/2003, de 01.10.2003.)

Art. 36. São, ainda, entre outras, objeto de deliberação da Câmara Municipal, na forma do Regimento Interno:

I - autorizações;

II - indicações;

III - moções;

IV - requerimentos.

Art. 37. A Lei Orgânica pode ser emendada mediante proposta:

I - de Vereadores;

II - do Prefeito;

III - dos eleitores do Município.

§ 1º No caso do inciso I, a proposta deverá ser subscrita, no mínimo, por um terço dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º No caso do inciso III, a proposta deverá ser subscrita, no mínimo, por cinco por cento dos eleitores do Município.

Art. 38. - Em qualquer dos casos do artigo anterior, a proposta será discutida e votada em duas sessões, dentro de sessenta dias, a contar de sua apresentação ou recebimento, e ter-se-á por aprovada quando obtiver, em ambas as votações, dois terços dos votos dos membros da Câmara Municipal.

Art. 39. A iniciativa de Projetos de Lei oriundos do Executivo que versem sobre habitação popular, transportes urbanos, proteção ao meio ambiente, saúde e educação deve ser precedida de consulta à população, através de audiência pública.

§ 1º A audiência pública será convocada com antecedência de cinco dias úteis, em jornal de circulação municipal, através de aviso em que constem dia, hora e pauta da audiência.

§ 2º Cópia do referido aviso será afixada em local visível na Câmara de Vereadores, na Prefeitura Municipal e no local onde se realizará a audiência pública.

§ 3º A ata da referida audiência pública será remetida para o Poder Legislativo acompanhando o projeto.

Art. 40. A iniciativa das leis municipais, salvo nos casos de competência exclusiva, cabe a qualquer Vereador ao Prefeito ou aos eleitores, que a exercerão sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento do eleitorado do Município.

Art. 41. No início ou em qualquer fase de tramitação de projeto de lei de iniciativa exclusiva do Prefeito, este poderá solicitar à Câmara Municipal que o aprecie no prazo de quarenta e cinco dias a contar do pedido.

§ 1º Se a Câmara Municipal não se manifestar sobre o projeto, no prazo estabelecido no "caput" deste artigo, será este incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação sobre os demais assuntos, para que se ultime a votação.

§ 2º Os prazos deste artigo e seus parágrafos não correrão nos períodos de recesso da Câmara Municipal.

Art. 42. Decorridos 30 (trinta) dias do recebimento de um projeto de lei pela Câmara, o seu Presidente, a requerimento de qualquer Vereador, mandará incluí-lo na Ordem do Dia, para ser discutido e votado, mesmo sem parecer.

Art. 43. A matéria constante de projeto de lei rejeitado, assim como a proposta de emenda à Lei Orgânica, rejeitada ou havida por prejudicada, será arquivada.

Parágrafo único. Ressalvadas as proposições de iniciativa do Prefeito, a matéria somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante a proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 44. Os projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal serão enviados ao Prefeito que, aquiescendo, os sancionará.

§ 1º Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, os motivos de veto ao Presidente da Câmara.

§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Prefeito importará sanção.

§ 4º Vetado o projeto e devolvido à Câmara, será ele apreciado dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, em votação única, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos membros da

Câmara.

§ 5º Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Prefeito.

§ 6º Esgotado sem deliberação, o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação.

§ 7º Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Prefeito, nos casos dos §§ 3º e 5º, o Presidente da Câmara a promulgará, em igual prazo.

Subseção I - DA INICIATIVA POPULAR

Art. 45. A iniciativa popular, no processo legislativo, será exercida mediante a apresentação de:

I - Projeto de Lei;

II - Projeto de Emenda à Lei Orgânica;

III - Emenda a Projeto de Lei Orçamentária, de Lei de Diretrizes e de Lei do Plano Plurianual;

IV - Plebiscito;

V - Referendo.

§ 1º A iniciativa popular será tomada, no mínimo, por cinco por cento do eleitorado do Município.

§ 2º Recebido o requerimento, a Câmara de Vereadores verificará o cumprimento dos requisitos previstos, dando-lhe tramitação idêntica aos demais projetos.

§ 3º Os projetos de lei de iniciativa popular rejeitados pela Câmara de Vereadores serão submetidos a referendo popular, se, no prazo de cento e vinte dias, dez por cento do eleitorado do Município o requerer.

§ 4º Os resultados das consultas referendárias serão promulgados pela Mesa da Câmara de Vereadores.

Art. 46. O Regimento Interno da Câmara de Vereadores assegurará a audiência pública com entidades da sociedade civil, quer em sessões da Câmara, previamente designadas, quer em suas Comissões.

Art. 47. O Poder Executivo dará conhecimento a toda instituição e pessoa interessada, dos projetos de lei do Plano Plurianual, de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais, franqueando-os ao público, no mínimo, cinco dias antes de remetê-los ao Poder Legislativo.

Art. 48. As contas municipais ficarão durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, devendo ser dada ampla publicidade do local onde se encontram e as datas inicial e final do prazo.

§ 1º As impugnações quanto à legitimidade e lisura das contas municipais poderão ser registradas.

§ 2º O Município divulgará, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores tributários entregues e a entregar, e a expressão numérica dos critérios de rateio.

Art. 49. A Câmara Municipal, no âmbito de sua competência, poderá promover consultas referendárias e plebiscitárias, versando sobre atos, autorizações ou concessões do Poder Executivo e sobre matéria Legislativa sancionada ou vetada.

Art. 50. As consultas referendárias e plebiscitárias serão formuladas em termos de aprovação ou rejeição dos atos, autorizações ou concessões do Poder Executivo, bem como do teor da matéria legislativa.

Capítulo IV - DO PODER EXECUTIVO Seção I - DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 51. O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários do Município.

Art. 52. O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse na Sessão Solene de Instalação da Legislatura, após a posse dos Vereadores, e prestarão o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis e administrar o Município, visando ao bem geral dos munícipes.

Parágrafo único. Se o Prefeito ou o Vice-Prefeito não tomar posse, decorridos 10 (dez) dias da data fixada, salvo motivo de força maior, o cargo será declarado vago.

Art. 53. O Vice-Prefeito substituirá o Prefeito em seus impedimentos e ausências e suceder-lhe-á no caso de vaga.

Parágrafo único. Em caso de impedimento do Prefeito ou do Vice-Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício da Chefia do Executivo Municipal o Presidente da Câmara em exercício.

Art. 54. A remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito Municipal será estabelecida em cada legislatura para a subsequente, até 30 (trinta) dias antes das eleições.

§ 1º O Prefeito tem o direito de gozar férias anuais de 30 (trinta) dias, com percepção de 1/3 a mais da sua remuneração, e de perceber 13º salário.

§ 2º Ao entrar em férias, o Prefeito deverá comunicar à Câmara Municipal e transmitir o cargo ao seu substituto legal.

Art. 55. O Vice-Prefeito que deixar de assumir, por impedimento temporário do Prefeito ou de vacância, não receberá a remuneração inerente ao cargo de Prefeito, na proporção do número de dias em que deveria ter assumido.

Art. 56. Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, far-se-á eleição 90 (noventa) dias depois de aberta a última vaga.

Art. 57. O Prefeito não poderá, sem licença da Câmara de Vereadores, ausentar-se do Município por mais de 5 (cinco) dias, ou do Estado, por qualquer tempo, sob pena de perda do cargo.

Parágrafo único. No prazo de 15 (quinze) dias, a contar do seu retorno, deverá o Prefeito encaminhar à Câmara de Vereadores relatório circunstanciado, relatando as atividades desenvolvidas e resultados obtidos em função dos serviços ou missão de representação efetuados fora do Município.

Art. 58. A prestação de contas do Município, referente à gestão financeira de cada exercício, será encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, até 31 de março do ano seguinte.

Parágrafo único. As contas do Município ficarão à disposição de qualquer contribuinte, a partir da data da remessa das mesmas ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

Seção II - DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 59. Compete privativamente ao Prefeito:

- I - representar o Município em Juízo e fora dele;
- II - nomear e exonerar os secretários municipais, os diretores de autarquias e departamentos, além de titulares de instituições de que participe o Município, na forma da Lei;
- III - iniciar a processo legislativo na forma e nos casos previstos nesta Lei;
- IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução;
- V - vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da Lei;
- VII - declarar a utilidade ou necessidade pública, ou o interesse social, de bens para fins de desapropriação ou servidão administrativa;
- VIII - expedir atos próprios de sua atividade administrativa;
- IX - contratar a prestação de serviços e obras, observado o processo licitatório;
- X - planejar e promover a execução dos serviços públicos municipais;
- XI - prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes a situação funcional dos servidores, salvo os do Poder Legislativo;
- XII - enviar ao Poder Legislativo o Plano Plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Lei;
- XIII - prestar, anualmente, ao Poder Legislativo, dentro de sessenta dias após a abertura do ano legislativo, as contas referentes ao exercício anterior e remetê-las, em igual prazo, ao Tribunal de Contas do Estado;
- XIV - prestar à Câmara Municipal, dentro de 15 dias, as informações solicitadas sobre fatos relacionados ao Poder Executivo e sobre matéria legislativa em tramitação na Câmara, ou sujeita à fiscalização do Poder Legislativo;
- XV - colocar à disposição da Câmara Municipal, até o dia 15 de cada mês, a parcela correspondente ao duodécimo de sua dotação orçamentária;
- XVI - resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidos em matéria da competência do Executivo Municipal;
- XVII - responder, no prazo máximo de quarenta dias, as indicações e pedidos de providências apresentados pelos Vereadores;
- XVIII - oficializar, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis, as vias e logradouros públicos;
- XIX - aprovar projetos de edificações e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos;
- XX - solicitar o auxílio da polícia do Estado, para a garantia de cumprimento de seus atos;
- XXI - revogar atos administrativos por razões de interesse público e anulá-los por vício de legalidade, observado o devido processo legal;
- XXII - administrar os bens e as rendas municipais, promover o lançamento, a fiscalização e a arrecadação de tributos;

XXIII - propor ao Poder Legislativo o arrendamento, o aforamento ou a alienação de próprios municipais, bem como a aquisição de outros;

XXIV - propor divisão administrativa do Município de acordo com a Lei.

Art. 60. O Vice-Prefeito, além das atribuições que lhe são próprias, poderá exercer outras estabelecidas em Lei.

Seção III - DA RESPONSABILIDADE E INFRAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 61. Os crimes de responsabilidade do Prefeito e do Vice-Prefeito, bem como o processo de julgamento, são os definidos em lei federal.

Art. 62. São infrações político-administrativas do Prefeito e do Vice-Prefeito, sujeitas ao julgamento pela Câmara de Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:

- I** - impedir o funcionamento regular da Câmara de Vereadores;
- II** - impedir o exame de documentos em geral por parte de Comissão Parlamentar de Inquérito ou auditoria oficial;
- III** - impedir a verificação de obras e serviços municipais por parte da Comissão Parlamentar de Inquérito ou perícia oficial;
- IV** - deixar de atender, no prazo legal, os pedidos de informação da Câmara de Vereadores;
- V** - retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade;
- VI** - deixar de apresentar à Câmara, no prazo legal, os projetos do Plano Plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual;
- VII** - descumprir o orçamento anual;
- VIII** - assumir obrigações que envolvam despesas públicas sem que haja suficiente recurso orçamentário, na forma da Constituição Federal;
- IX** - praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se da sua prática;
- X** - omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município, sujeitos à administração municipal;
- XI** - ausentar-se do Município, por tempo superior ao previsto nesta Lei, ou afastar-se do Município sem autorização legislativa nos casos exigidos em lei;
- XII** - proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo;
- XIII** - tiver cassado os direitos políticos ou for condenado por crime funcional ou eleitoral, sem a pena acessória da perda do cargo;
- XIV** - incidir nos impedimentos estabelecidos no exercício do cargo e não se desincompatibilizar nos casos supervenientes e nos prazos fixados.

Art. 63. A cassação do mandato do Prefeito e do Vice-Prefeito, pela Câmara de Vereadores, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerão ao seguinte rito, se outro não for estabelecido pela União ou Estado:

I - a denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo e votará, se necessário for, para completar o "quorum" de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a comissão processante;

II - de posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a comissão processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator;

III - recebendo o processo, o Presidente da comissão iniciará os trabalhos, dentro de cinco dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de dez dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez. Se estiver ausente do Município, a notificando far-se-á por edital, publicado duas vezes, no órgão oficial, com intervalo mínimo de três dias, contado o prazo da primeira publicação. Decorrido o prazo de defesa, a comissão processante emitirá parecer dentro de cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário. Se a comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará o início da instrução, e determinará os atos, as diligências e as audiências que se fizerem necessários, para o depoimento e inquirição das testemunhas;

IV - o denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência mínima de vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir as diligências, formular perguntas e respostas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa;

V - concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de cinco

dias, e após a comissão processante emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão para julgamento. Na Sessão de Julgamento, o processo será lido, integralmente, e, a seguir, os Vereadores que o desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de quinze minutos cada um. Ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de duas horas, para produzir sua defesa oral;

VI - concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações nominais quantas forem as infrações articuladas na denúncia. Considerar-se-á afastado definitivamente do cargo o denunciado que for declarado, pelo voto de dois terços dos membros da Câmara, incurso em qualquer das infrações especificadas na denúncia. Concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração, e, se houver condenação, expedirá o competente decreto legislativo de cassação do mandato do Prefeito; se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo. Em qualquer dos casos, o Presidente da Câmara comunicará à Justiça Eleitoral o resultado;

VII - o processo a que se refere este artigo, deverá estar concluído dentro de noventa dias, contados da data da efetiva notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia, ainda que sobre os mesmos fatos.

Art. 64. Extingue-se o mandato do Prefeito e do Vice-Prefeito, e assim deverá ser declarado pelo Presidente da Câmara de Vereadores:

- I** - por sentença judicial transitada em julgado;
- II** - por falecimento;
- III** - por renúncia escrita;
- IV** - quando deixar de tomar posse, sem motivo comprovado perante a Câmara, no prazo fixado na Lei Orgânica.

§ 1º Comprovado o ato ou fato extintivo previsto neste artigo, o Presidente da Câmara, imediatamente, investirá o Vice-Prefeito no cargo, como sucessor.

§ 2º Sendo inviável a posse do Vice-Prefeito, o Presidente da Câmara assumirá o cargo, obedecido o disposto nesta Lei Orgânica.

§ 3º A extinção do cargo e as providências tomadas pelo Presidente da Câmara deverão ser comunicadas ao Plenário, fazendo-se constar da ata.

Seção IV - DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art. 65. Os Secretários do Município, de livre nomeação e demissão pelo Prefeito, são escolhidos dentre brasileiros maiores de 18 anos, no gozo dos direitos políticos, e estão sujeitos, desde a posse, às mesmas incompatibilidades e proibições estabelecidas para os Vereadores, no que couber.

Art. 66. Além das atribuições, fixadas em Lei Ordinária, compete aos Secretários do Município:

- I** - orientar, coordenar e executar as atividades dos órgãos e entidades da administração municipal, na área de sua competência;
- II** - referendar os atos e decretos do Prefeito e expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos relativos aos assuntos de suas Secretarias;
- III** - apresentar ao Prefeito relatório anual dos serviços realizados por suas Secretarias;
- IV** - comparecer à Câmara nos casos previstos nesta Lei Orgânica;
- V** - praticar os atos pertinentes às atribuições que lhes forem delegadas pelo Prefeito.

Parágrafo único. Os decretos, atos e regulamentos referentes aos serviços autônomos serão subscritos pelo Secretário de Administração.

Art. 67. Aplica-se aos titulares de autarquias e de instituições, de que participe o Município, o disposto nesta Seção, no que couber.

Título II - DA ADMINISTRAÇÃO E DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Capítulo I - DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 68. A Administração Pública do Município obedecerá, no que couber, ao disposto no Título II, Capítulo VII, da Constituição Federal, além das fixadas na Constituição Estadual, nesta Lei Orgânica e leis municipais.

Art. 69. Toda a entidade com sede no Município de Novo Hamburgo poderá requerer ao Prefeito ou outra autoridade municipal a realização de audiência pública para que esclareça determinado ato ou projeto da administração.

§ 1º A audiência deverá ser obrigatoriamente concedida no prazo de 30 dias, devendo ficar à disposição toda a documentação atinente ao tema desde o requerimento.

§ 2º Cada entidade terá direito a duas audiências por ano, ficando as demais solicitações a critério da autoridade requerida.

Art. 70. O Poder Executivo manterá setor centralizado para atendimento das reclamações à prestação de serviços públicos, conforme dispuser a lei.

Art. 71. A investidura em cargo ou emprego público, assim como a admissão de empregados na administração indireta e empresas subsidiárias, dependerão de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargos de provimento em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

§ 1º As provas deverão aferir, com caráter eliminatório, os conhecimentos específicos exigidos para o exercício do cargo.

§ 2º Os pontos correspondentes aos títulos não poderão somar mais de vinte e cinco por cento do total dos pontos do concurso.

§ 3º A não observância do disposto neste artigo acarretará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável.

§ 4º Os cargos em comissão destinam-se à transmissão das diretrizes políticas para a execução administrativa e ao assessoramento.

§ 5º É vedada a prática de nepotismo no âmbito de todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do município de Novo Hamburgo, inclusive no âmbito dos respectivos poderes Executivo e Legislativo, sendo nulos os atos assim caracterizados.

I - o nepotismo abrange o parentesco natural e civil, na linha reta e colateral, até o terceiro grau, inclusive, e o parentesco por afinidade, na linha reta ou colateral, alcançando ainda o parente colateral de terceiro grau, do cônjuge ou companheiro;

II - os presidentes, diretores ou titulares de cargos equivalentes, no âmbito da respectiva autarquia, fundação pública instituída ou mantida pelo Poder Público municipal, empresa pública ou sociedade de economia mista, são equiparados, tão-somente para os fins do § 5º, ao prefeito, vice-prefeito, secretários municipais e vereadores do Município;

III - os empregados da Administração Indireta do Município, contratados por prazo indeterminado, providos os respectivos empregos mediante seleção pública, são equiparados, exclusivamente para os fins do § 5º acima, aos servidores públicos efetivos do Município.

§ 6º As mesmas disposições do parágrafo anterior são aplicáveis às nomeações de servidores por parte do Poder Legislativo Municipal.

§ 7º Para os efeitos do § 5º retro, constituem práticas de nepotismo, dentre outras:

I - o exercício de cargo de provimento em comissão ou de função de confiança ou gratificada, no âmbito da Administração Direta e Indireta do município de Novo Hamburgo, inclusive no âmbito dos respectivos poderes Executivo e Legislativo, por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, ou por adoção, até o terceiro grau, inclusive, do prefeito, do vice-prefeito, de secretários municipais, de vereadores do Município ou de servidores investidos em cargos de direção, chefia ou assessoramento;

II - o exercício, em órgãos da Administração Direta e Indireta do município de Novo Hamburgo, de cargos de provimento em comissão ou de função de confiança ou gratificada, por cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, ou por adoção, até o terceiro grau, inclusive, do prefeito, do vice-prefeito, de secretários municipais, de vereadores do Município ou de servidores investidos em cargos de direção, chefia ou assessoramento, em circunstâncias que caracterizem ajuste para burlar a regra do inciso anterior;

III - a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, ou a contratação de estagiários, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, ou por adoção, até o terceiro grau, inclusive, do prefeito, do vice-prefeito, de secretários municipais, de vereadores do Município ou de servidores investidos em cargos de direção, chefia ou assessoramento;

IV - ficam excepcionadas, nas hipóteses dos incisos I e II deste §, as nomeações ou designações de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, admitidos por concurso público, ou detentores de estabilidade constitucional, observada a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo de origem, a qualificação profissional do servidor e a complexidade inerente ao cargo em comissão, função de confiança ou gratificada a ser exercido, vedada, em qualquer caso, a nomeação ou designação para servir subordinado ao prefeito, ao vice-prefeito, aos secretários municipais e aos vereadores do Município, ou servidor determinante da incompatibilidade;

V - a vedação constante do inciso III deste § não se aplica quando a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público houver sido precedida de regular processo seletivo, em cumprimento de preceito legal.

§ 8º É vedada a contratação, em casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica da qual sejam sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, do prefeito, do vice-prefeito, de secretários municipais, de vereadores do Município ou servidor

investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.

§ 9º É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, ou por adoção, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento, do prefeito, do vice-prefeito, de secretários municipais e de vereadores do Município, devendo tal condição constar expressamente dos editais de licitação.

§ 10. O nomeado ou designado, antes da posse, declarará por escrito não ter relação de parentesco que importe prática vedada na forma do § 7º.

Capítulo II - DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 72. São servidores do Município todos quantos percebam remuneração pelos cofres municipais.

Art. 73. Os planos de cargos e carreiras dos servidores públicos municipais serão elaborados de forma a assegurar-lhes remuneração compatível com o mercado de trabalho para função respectiva, oportunidade de progresso funcional e acesso a cargos de escalão superior.

Art. 74. Servidores municipais somente serão indicados a participar de cursos de especialização ou capacitação técnico-profissional, com custos para o Poder Público, quando houver correlação entre o conteúdo programático de tais cursos e as atribuições do cargo ou função exercidos.

Art. 75. A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

Art. 76. A revisão geral da remuneração dos servidores municipais ativos e inativos e dos pensionistas far-se-á sempre na mesma data e nos mesmas índices.

Parágrafo único. O índice de reajuste dos vencimentos dos servidores não poderá ser inferior ao necessário para repor o seu poder aquisitivo.

Art. 77. As gratificações e adicionais por tempo de serviço serão assegurados a todos os servidores municipais e reger-se-ão por critérios uniformes quanto à incidência e às condições de aquisição, na forma da Lei.

Art. 78. É vedada a participação de servidores públicos no produto de arrecadação de multas, inclusive da dívida ativa.

Art. 79. O tempo de serviço público federal, estadual e municipal prestado à Administração Pública direta e indireta, inclusive fundações públicas, será computado integralmente para fins de gratificações e adicionais por tempo de serviço, aposentadoria e disponibilidade.

Art. 80. O Município assegurará a seus servidores, dependentes, aposentados e pensionistas, na forma da Lei Municipal, serviço de atendimento médico, odontológico, hospitalar, laboratorial e de assistência social.

Art. 81. O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade de vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em Lei, sendo revisto, na mesma proporção e na mesma data, sempre que ocorrerem modificações nos vencimentos dos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu o falecimento ou aposentadoria, na forma da Lei.

§ 1º O valor da pensão por morte será rateado, na forma da Lei, entre os dependentes do servidor falecido e, extinguindo-se o direito de um deles, a quota correspondente será acrescida aos demais, procedendo-se a novo rateio entre os pensionistas remanescentes.

§ 2º O benefício da pensão por morte do segurado do Município não será retirado de seu cônjuge ou companheiro em função de nova união ou casamento destes.

Art. 82. Ao servidor público, quando adotante, ficam estendidos os direitos que assistem ao pai e à mãe naturais, na forma a ser regulada por lei.

Art. 83. O servidor público será aposentado:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidentes em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável especificada em Lei, e proporcionais nos demais casos;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III - voluntariamente:

- a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;
- b) aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais;
- c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;
- d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º Lei Complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, "a" e "c", no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

§ 2º A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

§ 3º Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade inclusive, quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

§ 4º Na contagem do tempo para a aposentadoria do servidor aos trinta e cinco anos de serviço, e da servidora aos trinta, o período de exercício de atividades que assegurem direito à aposentadoria especial será acrescido de um sexto e de um quinto, respectivamente.

Art. 84. Decorridos trinta dias da data em que tiver sido protocolado o requerimento da aposentadoria, acompanhado de certidões comprobatórias de tempo de serviço, o funcionário público municipal será considerado em licença especial, podendo afastar-se do serviço, salvo se antes tiver sido cientificado do indeferimento do pedido.

Parágrafo único. No período da licença de que trata este artigo, o funcionário terá direito à totalidade da remuneração, computando-se o tempo como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais.

Art. 85. É assegurado aos servidores municipais o atendimento de seus filhos e dependentes de 0 (zero) a 6 (seis) anos em creches e pré-escolas, na forma da Lei.

Art. 86. Nenhum servidor poderá ser diretor ou integrar conselho de empresas fornecedoras ou prestadoras de serviços e que realizem qualquer modalidade de contrato com o Município, sob pena de demissão do serviço público.

Art. 87. O Regime Jurídico dos servidores públicos municipais será único e estabelecido em estatuto, observados os princípios e normas da Constituição Federal e desta Lei Orgânica.

Art. 88. O Município responderá pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros, sendo obrigatório o uso de ação regressiva contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, na forma da Constituição Federal.

Art. 89. É vedada a quantos prestem serviços ao Município atividade político-partidária na hora e locais de trabalho.

Art. 90. É garantido ao servidor público municipal o direito à livre associação sindical.

Art. 91. Os Servidores Públicos Municipais, submetidos ao Regime Estatutário da Lei Municipal nº 28/53, de 04.04.1953, terão assegurados todos os direitos e vantagens conferidos por aquela legislação, sem prejuízo daqueles direitos e vantagens assegurados pela Constituição Federal aos servidores públicos.

Art. 92. O Município assegurará ao servidor, conforme dispuser a Lei, licença por motivo de doença do cônjuge e de parentes até o segundo grau, quando verificado, em inspeção médica, ser indispensável a sua assistência pessoal.

Art. 93. O Município assegurará, na forma que a Lei estabelecer e regulamentar, a título de aperfeiçoamento e de incentivo à escolarização, auxílio pecuniário ao servidor municipal do magistério público, que esteja freqüentando ou vier a freqüentar o seu primeiro curso superior, em nível de licenciatura plena.

Parágrafo único. Será requisito indispensável à concessão do auxílio previsto no "caput" que o servidor esteja, efetivamente, atuando na área de educação.

Capítulo III - DOS ORÇAMENTOS

Art. 94. Leis de iniciativa do Poder Executivo Municipal estabelecerão:

- I - o Plano Plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III - os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública municipal, para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e as prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

§ 3º O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, o relatório da execução orçamentária.

§ 4º Os planos e os programas serão elaborados em consonância com o Plano Plurianual e apreciados pelo Poder Legislativo Municipal.

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

- I - o orçamento fiscal referente aos poderes do Município, órgãos e entidades da administração direta e indireta e as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;
- II - o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- III - o orçamento da seguridade social.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo dos efeitos sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira ou tributária.

§ 7º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, nos termos da Lei.

§ 8º A abertura de créditos suplementares prevista no parágrafo anterior não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) da receita orçada.

Art. 95. Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem as despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 96. São vedados:

- I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;
- II - a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;
- III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;
- IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita;
- V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;
- VI - a transposição o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;
- VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;
- VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos do Município para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas ou qualquer entidade de que o Município participe;
- IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos 4 (quatro) meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

Art. 97. O numerário relativo às dotações orçamentárias da Câmara Municipal será entregue no início de cada mês, em quotas correspondentes a um duodécimo.

Parágrafo único. Nos créditos suplementares ou especiais abertos, em favor da Câmara, deve a entrega do numerário respectivo verificar-se, no máximo, até quinze (15) dias após a promulgação da lei autorizatória.

correspondente.

Art. 98. A despesa com pessoal ativo e inativo não poderá exceder os limites estabelecidos em Lei.

Parágrafo único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Art. 99. As despesas com publicidade dos Poderes do Município deverão ser objeto de dotação orçamentária específica.

Art. 100. Os projetos de lei sobre o Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias, Orçamentos Anuais e alterações ao Código Tributário Municipal serão enviados pelo Prefeito ao Poder Legislativo, nos seguintes prazos:

I - projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA), até 30 de junho do primeiro ano do mandato do Prefeito;

II - projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), anualmente, até 31 de agosto;

III - projeto de Lei do Orçamento (LOA), anualmente, até 31 de outubro;

IV - os projetos de lei de alteração do Código Tributário, até o dia 15 de novembro de cada ano, salvo quando houver alteração na legislação federal correspondente.

Art. 101. Os projetos de lei de que trata o artigo anterior, após a apreciação pelo Poder Legislativo, deverão ser encaminhados para sanção nos seguintes prazos:

I - projeto de lei do Plano Plurianual (PPA), até 15 de agosto do primeiro ano de mandato do Prefeito, e o projeto de lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), até 30 de setembro de cada ano;

II - o projeto de lei do Orçamento Anual (LOA), até 15 de dezembro de cada ano.

Art. 102. Caso o Prefeito não envie o projeto do orçamento anual no prazo legal, o Poder Legislativo adotará como projeto de lei orçamentária a Lei de Orçamento em vigor, com a correção das respectivas rubricas pelos índices oficiais da inflação verificada nos doze meses imediatamente anteriores a 31 de outubro.

Parágrafo único. Enviado o projeto no prazo legal e não votado pela Câmara Municipal na data prevista, fica o Executivo autorizado a adotar como projeto de lei orçamentária a Lei de Orçamento em vigor, com a correção das respectivas rubricas pelos índices oficiais da inflação verificada nos doze meses imediatamente anteriores.

Art. 103. O Poder Executivo fará publicar, no máximo a cada dois (2) anos, a regulamentação tributária municipal, devidamente consolidada.

Art. 104. Os sítios de lazer que não cumprirem as especificações legais que caracterizam a zona rural serão considerados como propriedades urbanas e sobre eles incidirá o Imposto Predial e Territorial Urbano.

Título III - DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

Art. 105. Na organização de sua economia, em cumprimento do que estabelecem a Constituição Federal e a Constituição Estadual, o Município zelará pelos seguintes princípios:

I - promoção do bem-estar do homem, com o fim essencial da produção e do desenvolvimento econômico;

II - valorização econômica e social do trabalho e do trabalhador, associada a uma política de expansão das oportunidades de emprego e de humanização do processo social de produção, com a defesa dos interesses do povo;

III - democratização do acesso à propriedade dos meios de produção;

IV - planificação do desenvolvimento, determinante para o setor público e indicativo para o setor privado;

V - integração e descentralização das ações públicas setoriais;

VI - proteção da natureza e da ordenação territorial;

VII - condenação dos atos de exploração do homem pelo homem e de exploração predatória da natureza, considerando-se juridicamente ilícito e moralmente indefensável qualquer ganho individual ou social auferido com base neles;

VIII - integração das ações do Município com as da União e do Estado, no sentido de garantir a segurança social, destinadas a tornar efetivos os direitos ao trabalho, à educação, à cultura, ao desporto, ao lazer, à saúde, à habitação e à assistência social;

IX - estímulo à participação da comunidade, através de organizações representativas dela;

X - preferência aos projetos de cunho comunitário nos financiamentos públicos e incentivos fiscais.

Art. 106. O Poder Público Municipal é responsável pela compatibilização do sistema municipal de transporte coletivo com os objetivos do Sistema de Planejamento e de Desenvolvimento Urbano, visando a:

- I - assegurar o acesso da população aos locais de emprego e consumo, de educação e saúde, lazer, cultura e outros fins econômicos e sociais essenciais;
- II - otimizar os serviços, visando a melhoria da qualidade de vida da população;
- III - assegurar níveis mínimos de interferência no meio ambiente;
- IV - contribuir para o desenvolvimento urbano;
- V - garantir tarifas em níveis compatíveis com a renda do usuário.

Art. 107. O Poder Público Municipal regulamentará, mediante Lei, o Sistema Municipal de Transporte Coletivo, que disporá obrigatoriamente sobre:

- I - o regime das empresas concessionárias ou permissionárias do serviço de transporte coletivo, o caráter especial do seu contrato e da prorrogação deste, as condições de caducidade, fiscalização e rescisão de concessão ou permissão;
- II - o direito dos usuários;
- III - diretrizes para a política tarifária;
- IV - os níveis mínimos qualitativos e quantitativos dos serviços prestados;
- V - as competências específicas e formas de participação e fiscalização dos usuários e entidades representativas no sistema de transporte coletivo.

Art. 108. O Município promoverá ação sistemática de proteção ao consumidor, de modo a garantir a segurança, a saúde e a defesa de seus interesses econômicos.

§ 1º No caso de ameaça ou efetiva paralisação de serviço ou atividade essencial por decisão patronal, pode o Município intervir, tendo em vista o direito da população ao serviço ou atividade, respeitada a legislação federal e estadual e os direitos dos trabalhadores.

§ 2º Para atender ao disposto no "caput" deste artigo, poderá o Município, na forma da Lei, intervir no domínio econômico, quando indispensável, para assegurar o equilíbrio entre a produção e o consumo.

§ 3º A política econômica de consumo será planejada e executada pelo Poder Público, com a participação de entidades representativas do consumidor e de trabalhadores dos setores de produção, industrialização, comercialização, armazenamento, serviços e transportes, atendendo, especialmente, os seguintes princípios:

- I - integrar-se a programas estaduais e federais de defesa do consumidor;
- II - estimular e incentivar as cooperativas ou outras formas associativas de consumo;
- III - propiciar meios que possibilitem ao consumidor o exercício do direito à informação, à escolha e à defesa de seus interesses econômicos, à sua segurança e à sua saúde;
- IV - prestar atendimento e orientação ao consumidor, através de órgãos de execução especializados.

Art. 109. Na organização de sua economia, o Município combaterá a miséria, o analfabetismo, o desemprego, a propriedade improdutiva, a marginalização do indivíduo, o êxodo rural, a economia predatória e todas as formas de degradação da condição humana.

Art. 110. Lei Municipal definirá normal de incentivo às formas associativas e cooperativas, às pequenas e microunidades econômicas e às empresas que estabeleçam participação dos trabalhadores nos lucros e na sua gestão.

Art. 111. O Município organizará sistemas e programas de prevenção e socorro nos casos de calamidade pública em que a população tenha ameaçados os seus recursos, meios de abastecimento ou de sobrevivência.

Art. 112. Os planos de desenvolvimento econômico do Município terão o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida da população, a distribuição equitativa da riqueza produzida, o estímulo à permanência do homem no campo e o desenvolvimento social e econômico sustentável.

Art. 113. Os investimentos do Município atenderão, em caráter prioritário, às necessidades básicas da população, e deverão estar compatibilizados com o plano de desenvolvimento econômico.

Art. 114. Lei Municipal disporá sobre apresentação anual de declaração de bens e rendimentos pelo Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, Secretários e demais funcionários públicos Municipais, inclusive de empresas em que o Município detiver maioria do capital acionário.

Art. 115 - O Plano Plurianual do Município e seu orçamento anual contemplarão expressamente recursos

destinados ao desenvolvimento de uma política habitacional de interesse social, compatível com os programas estaduais dessa área.

Art. 116. O Município promoverá programas de interesse social destinados a facilitar o acesso da população à habitação, priorizando:

- I - a regularização fundiária;
- II - a dotação de infra-estrutura básica e de equipamentos sociais;
- III - a implantação de empreendimentos habitacionais.

Parágrafo único. O Município apoiará a construção de moradias populares realizadas pelos próprios interessados, por regime de mutirão, por cooperativas habitacionais e outras forma alternativas.

Art. 117. Fica o Poder Executivo autorizado a conferir concessão de uso de áreas públicas municipais urbanas, não superiores a duzentos e cinquenta metros quadrados, a detentores da posse ou não, os quais deverão utilizá-las para fins de sua moradia e de sua família.

Parágrafo único. Os beneficiários, independentemente de sexo e estado civil, deverão comprovar não possuírem bens imóveis e serem pessoas de baixa renda.

Art. 118. É assegurado a todo habitante do Município, nos termos das Constituições Federal e Estadual e desta Lei Orgânica, o direito à soberania, à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, ao usufruto dos bens culturais universais e à preservação das culturas particulares, à segurança, à previdência social, à proteção da maternidade e da infância, à assistência aos desamparados, ao transporte, à habitação e ao meio ambiente equilibrado.

Art. 119. São direitos constitutivos da cidadania:

- I - a livre organização política para a soberania;
- II - a liberdade de expressar e defender, individual ou coletivamente, opiniões e interesses;
- III - a prerrogativa de tornar públicas suas reivindicações, mediante organização de manifestações populares em logradouros previamente destinados pelo Poder Público;
- IV - a prerrogativa de interpelar diretamente, mediante audiência pública, os detentores de mandatos eletivos e os ocupantes de cargos de confiança da Municipalidade;
- V - a prerrogativa de receber, oficialmente, resposta a qualquer pedido de informação sobre assunto de natureza pública endereçado ao Poder Público;
- VI - o direito à desobediência civil, entendido como resistência pacífica e organizada frente a determinações legais consideradas injustas ou ilegítimas;
- VII - a prerrogativa, em caráter prioritário, de utilização gratuita dos próprios municipais para a efetivação de assembléias populares.

Art. 120. São deveres pressupostos ao exercício da cidadania:

- I - o engajamento individual nas campanhas de interesse público, promovidas pela sociedade política e pela sociedade civil;
- II - o compromisso individual de sustentar interesses particulares, subordinando-se à busca do bem comum;
- III - zelar pelo patrimônio público, pela conservação dos próprios municipais e pela preservação do meio ambiente;
- IV - fiscalizar as ações concretas emanadas do Poder Público;
- V - o combate à corrupção, à demagogia, à intolerância e às práticas autoritárias, disseminadas socialmente.

Art. 121. Na elaboração do planejamento e na ordenação de usos, atividades e funções de interesse social, o Município visará a:

- I - melhorar a qualidade de vida da população;
- II - promover a definição e a realização da função social da propriedade urbana;
- III - promover a ordenação territorial, integrando as diversas atividades e funções urbanas;
- IV - prevenir e corrigir as distorções do crescimento urbano;
- V - distribuir os benefícios e encargos do processo de desenvolvimento do Município, inibindo a especulação imobiliária, os vazios urbanos e a excessiva concentração urbana;
- VI - promover a integração, racionalização e otimização da infra-estrutura urbana básica, priorizando os aglomerados de maior densidade populacional e as populações de menor renda;
- VII - impedir as agressões ao meio ambiente, estimulando ações preventivas e corretivas;
- VIII - preservar os sítios, as edificações e os monumentos de valor histórico, artístico e cultural;
- IX - promover o desenvolvimento econômico local;
- X - preservar as zonas de proteção de aeródromos.

Art. 122. O Poder Público implantará no Município, mediante lei específica, um Programa de Planejamento Familiar, com o objetivo de oferecer condições e recursos informativos, educacionais, técnicos e científicos, que assegurem o livre exercício da regulação da fertilidade, mediante:

I - disponibilidade, aos interessados, de informações e orientações médicas relativas aos vários aspectos da regulação da fertilidade, inclusive sobre as vantagens, riscos e contra-indicações de cada um dos meios contraceptivos;

II - fornecimento, à população carente, de pílulas anticoncepcionais, preservativos, diafragmas, dispositivos intra-uterinos (DIU) e outros meios contraceptivos testados e aceitos para uso no País.

Parágrafo único. Dentro do Programa de Planejamento Familiar referido no "caput", deverá ser incluída a criação de um serviço de assistência educacional, clínica e psicológica, com orientação contraceptiva ou de auxílio à reprodução, para os que assim desejarem, voltado especialmente para os adolescentes, os jovens e os casais sem filhos.

Art. 123. O parcelamento do solo para fins urbanos deverá estar inserido em área urbana ou de expansão urbana a ser definida em lei municipal.

Art. 124. Na aprovação de qualquer projeto para a construção de conjuntos habitacionais populares, o Município exigirá a edificação, pelos incorporadores, de escola e lavanderia coletiva, com capacidade para atender à demanda gerada pelo conjunto, na forma da Lei.

Art. 125. O Município assegurará a participação das entidades comunitárias e das representativas da sociedade civil organizada, legalmente constituída, na definição do Plano Diretor e das diretrizes gerais de ocupação do território, bem como na elaboração e implementação dos planos, programas e projetos que lhes sejam concernentes.

Art. 126. O Município, no desempenho de sua organização econômica, planejará e executará políticas voltadas para a agricultura e o abastecimento, especialmente quanto:

I - ao desenvolvimento da propriedade em todas as suas potencialidades, a partir da vocação e da capacidade de uso do solo, levada em conta a proteção ao meio ambiente;

II - ao fomento à produção agropecuária e a de alimentos de consumo interno;

III - ao incentivo ao cooperativismo, ao sindicalismo e ao associativismo;

IV - à implantação de cinturões verdes;

V - ao estímulo à criação de centrais de compras para abastecimento de microempresas, microprodutores rurais e empresas de pequeno porte, com vistas à diminuição do preço final das mercadorias e produtos na venda ao consumidor;

VI - ao incentivo, à aplicação e à conservação da rede de estradas vicinais, e da rede de eletrificação rural.

Art. 127. O Município manterá um programa permanente de incentivo à coleta seletiva e à reciclagem de lixo doméstico.

§ 1º A separação do lixo doméstico, visando sua reciclagem e reaproveitamento, deverá ser incentivada pelo Poder Público Municipal através de campanhas comunitárias e publicitárias, bem como por meio de palestras de caráter educativo e informativo nas escolas da rede municipal, dando-se ênfase aos benefícios ambientais, econômicos e sociais provenientes da reciclagem do lixo.

§ 2º Compete ao Poder Executivo, de forma permanente, buscar meios de aumentar a quantidade de lixo doméstico reciclado no Município, aperfeiçoando e incrementando o sistema de captação manual e providenciando na instalação de equipamentos apropriados para esta finalidade nos aterros sanitários municipais.

Art. 128 - O Poder Público Municipal, através da Secretaria de Agricultura, realizará um programa de implantação de hortas e açudes comunitários, com a participação das entidades populares interessadas.

Art. 129. O Município definirá formas de participação na política de combate ao uso de entorpecentes, objetivando a educação preventiva e a assistência e a recuperação dos dependentes de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica.

Art. 130. Lei Municipal estabelecerá normas de construção de logradouros e dos prédios de uso público, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência física.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal adaptará os logradouros e prédios públicos ao acesso de deficientes físicos.

Art. 131. Compete ao Município desenvolver programas de assistência, capacitação e incentivo aos portadores

de deficiência, com intuito de zelar pela defesa de sua dignidade e de seus direitos, sua participação e efetiva integração na comunidade, proporcionando-lhes o acesso ao lazer, à cultura, à educação, ao esporte e ao mercado de trabalho.

Art. 132. O Município criará um serviço de assistência judiciária gratuita, para a defesa de interesses coletivos, na proteção dos consumidores, da tutela ambiental, na regularização de loteamentos clandestinos e processos de usucapião especial, devendo, ainda, buscar firmar convênio com o Estado, a fim de prestar assistência jurídica integral e gratuita aos munícipes que comprovarem insuficiência de recursos.

Art. 133 - Compete ao Município, articulado com o Estado, garantir ao interessado o acesso à escola fundamental.

Parágrafo único. Incurrerá em responsabilidade administrativa a autoridade municipal competente que não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

Art. 134. É assegurado aos pais, professores, alunos e funcionários organizarem-se em todos os estabelecimentos municipais de ensino, através de associações, grêmios e outras formas.

Parágrafo único. Será responsabilizada a autoridade educacional que embaraçar ou impedir a organização ou o funcionamento das entidades referidas neste artigo.

Art. 135. As informações sobre as vantagens do aleitamento materno e do acompanhamento pré-natal serão temas obrigatórios de discussão juntamente com a educação sexual nas escolas do Município.

Parágrafo único. O Município garantirá educação não diferenciada para meninos e meninas, eliminando do seu conteúdo práticas discriminatórias, não só nos currículos escolares como no material didático.

Art. 136. Os recursos públicos municipais serão destinados, prioritariamente, à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental público, podendo ser destinados a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em Lei, de ensino fundamental, médio e superior, desde que:

- I - comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;
- II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, confessional ou filantrópica, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo deverão ser destinados à bolsa de estudo, parcial ou integral, para o ensino médio e superior de Novo Hamburgo, na forma da Lei, para os que demonstrem, comprovadamente, insuficiência de recursos.

§ 2º A Lei disciplinará os critérios e a forma de concessão dos recursos e de fiscalização, pela comunidade, das entidades mencionadas no "caput", a fim de verificar o cumprimento dos requisitos dos incisos I e II.

Art. 137. Lei ordinária implantará o plano de carreira do magistério público municipal.

Art. 138. Cabe ao Poder Público a obrigação de fomentar e auxiliar as associações que atuem na educação e integração social dos deficientes, constituídas na forma da Lei, respeitando sua independência de atuação.

Art. 139. O Poder Público Municipal garantirá aos alunos superdotados uma educação especializada, na sua rede escolar, que possibilite o pleno desenvolvimento da sua capacidade.

Parágrafo único. O aluno superdotado será estimulado para que desenvolva, ao máximo e sem nenhuma discriminação, a sua potencialidade, quer em classes especiais ou escolas específicas.

Art. 140. É dever do Município fomentar e amparar o desporto, o lazer e a recreação, como direito de todos, observadas:

- I - a promoção prioritária do desporto educacional, em termos de recursos humanos, financeiros e materiais em suas atividades, meio e fim;
- II - a dotação de instalações esportivas e recreativas para instituições escolares públicas;
- III - a garantia de condições para a prática de educação física, do lazer e do esporte ao deficiente físico, sensorial e mental.

Art. 141. O Município estimulará atividades culturais em suas múltiplas expressões, apoiando-as de forma direta e/ou intermediada, com o objetivo de incentivar a produção, a valorização e a difusão da cultura entre os hamburgueses.

§ 1º O Município, com a colaboração da comunidade, protegerá o patrimônio cultural por meio de inventários, registros, vigilância, tombamentos, desapropriações e outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º O apoio direto previsto no caput dar-se-á de todas as formas possíveis, dentre as quais as seguintes:

- I - disponibilizar, com prioridade, recursos humanos, financeiros e materiais da municipalidade para

assegurar manifestações culturais;

II - disponibilizar espaços de uso coletivo do Município para entidades ligadas à cultura;

III - propiciar a descentralização da cultura, colocando à disposição dos interessados espaços próprios do Município (de uso coletivo) localizados em bairros da Cidade;

IV - incentivar e garantir a cultura aos portadores de necessidades especiais.

Art. 142. Lei Municipal estabelecerá uma política de turismo para o Município, definindo diretrizes a observar nas ações públicas e privadas, como forma de promover o desenvolvimento social e econômico.

Parágrafo único. O Poder Executivo elaborará inventário e regulamentação do uso, ocupação e fruição dos bens naturais e culturais de interesse turístico, observadas as competências da União e do Estado.

Art. 143. Cabe ao Município definir uma política de saúde e de saneamento básico, interligada com os programas da União e do Estado, com o objetivo de preservar a saúde individual e coletiva.

§ 1º Os recursos repassados pelo Estado e destinados à saúde não poderão ser utilizados em outras áreas.

§ 2º A prestação de serviços de captação, tratamento e distribuição de água, coleta, tratamento e distribuição de esgotos cloacais serão prestados exclusivamente pelo Poder Público Municipal, vedada outorga de permissão, autorização e concessão, bem como privatização.

Art. 144. O Município, através de lei, compatibilizará suas ações em defesa do meio ambiente àquelas do Estado.

Art. 145. É dever do Poder Público e dos cidadãos promover a defesa do meio ambiente, a construção de uma sociedade que garanta as necessidades humanas básicas, por meio de tecnologias apropriadas às peculiaridades culturais e que preservem o equilíbrio da natureza, cercear tecnologias que atentem contra estes princípios, cabendo ao Poder Público:

I - promover a agricultura orgânica para garantir a produção de alimentação saudável, preservando o meio ambiente;

II - definir Lomba Grande como área rural e de preservação permanente, para garantir um cinturão verde de abastecimento da zona urbana;

III - promover a educação ambiental, a nível formal e informal, para garantir o surgimento de uma consciência ecológica;

IV - criar um corpo permanente de fiscalização do meio ambiente;

V - proibir a instalação, no território municipal, de usinas, centrais de processamento, depósito de lixo nuclear, armas e outros artefatos que façam uso da tecnologia nuclear, exceto para fins médicos;

VI - considerar de preservação permanente as áreas verdes do Travessão, Morros da Encosta da Serra, área do Parcão, Morro da Fundação e Banhados do Rio dos Sinos;

VII - limitar nos topos e encostas de morros as construções a dois pavimentos, não sendo considerados os sótãos, os mezaninos e os subsolos;

VIII - proteger exemplares de árvores de valor da nossa flora;

IX - fiscalizar atividades poluidoras e incentivar o uso de tecnologias não agressivas ao meio ambiente.

Art. 146. As empresas que violarem as disposições para a defesa do meio ambiente poderão sofrer as seguintes punições:

I - suspensão das atividades pelo prazo necessário à sua adaptação às normas estabelecidas;

II - recuperação do meio degradado;

III - cassação do alvará de funcionamento.

Art. 147. A emissão e a renovação de alvarás e de indústrias e de comércio de produtos potencialmente poluidores será submetida, necessariamente, à apreciação do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Art. 148. ~~O Poder Público deverá dotar o Município de um sistema de tratamento de esgotos cloacais, alocando em seu orçamento anual o percentual não inferior a 3% da receita, até a completa instalação do sistema.~~

Art. 149. Objetivando garantir aos idosos e aos portadores de deficiência tratamento com base no respeito à sua dignidade e em conformidade com o preceituado nas Constituições Federal e Estadual, fica estabelecida a competência do Município para:

I - assegurar preferência no atendimento aos idosos e aos portadores de deficiência em todas as esferas de atendimento público da administração municipal, nos postos de atendimento médico e hospitais do Município, ou mantidos per este;

II - gerenciar junto ao órgão de previdência social, clínicas, hospitais e postos de atendimento, bancos e demais órgãos de atendimento público, para que assegurem tratamento e atendimento preferencial aos idosos e

portadores de deficiência, no âmbito do Município;

III - estabelecer, em Lei, o passe-livre no sistema de transporte coletivo a partir dos 65 anos e a obrigatoriedade da reserva dos quatro primeiros bancos dos ônibus do sistema de transporte coletivo para uso exclusivo de gestantes, idosos e deficientes físicos;

IV - estabelecer através da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social um programa de prevenção à saúde do idoso.

Art. 150. O Município desenvolverá programas de assistência aos idosos portadores ou não de deficiências, com o objetivo de proporcionar a defesa de sua dignidade, bem-estar, prevenção de doenças, participação social ativa e integração na comunidade, tendo em vista uma melhor qualidade de vida.

Art. 151. Ficam autorizados todos os profissionais da área da saúde, devidamente habilitados e com consultório no Município de Novo Hamburgo, a utilizarem qualquer estabelecimento hospitalar com funcionamento autorizado pelo Município.

Parágrafo único. O estabelecimento que deixar de atender ao disposto no "caput" deste artigo terá cassada sua autorização de funcionamento no Município.

Art. 152. A transferência de local de funcionamento da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Jacó, ou a sua extinção, somente poderão ser procedidas pelo Poder Executivo Municipal mediante prévia aprovação da população hamburguesa, manifestada em consulta plebiscitária.

§ 1º Enquanto a Escola Municipal de Ensino Fundamental São Jacó permanecer desenvolvendo suas atividades no local que lhe foi destinado pela Lei Municipal nº 18/75, de 4 de julho de 1975, competirá ao Poder Público zelar pelo fiel cumprimento do disposto no referido diploma legal.

§ 2º Ainda que aprovada, em plebiscito popular, a transferência ou a extinção da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Jacó, deverá o Poder Público mantê-la em funcionamento, no mesmo local, até que todos os alunos até então regularmente matriculados tenham possibilidade de completar todas as etapas do ensino fundamental oferecidas na ocasião pela Escola.

Título IV - DISPOSIÇÃO FINAL

Art. 153. Esta Lei Orgânica, depois de assinada pelos Vereadores, será promulgada pela Mesa da Câmara Constituinte e entrará em vigor na data de sua publicação.

ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 1º No prazo de cento e vinte dias da promulgação desta Lei Orgânica, os Vereadores votarão, por maioria de dois terços, o Projeto de Resolução que institui o novo Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Novo Hamburgo.

Art. 2º No prazo de cento e oitenta dias da promulgação desta Lei Orgânica, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei acompanhado de Plano de Assistência e Recuperação da Pessoa Deficiente, com vistas ao amparo nos campos de saúde, educação, transporte e lazer.

Art. 3º No prazo de 180 dias da promulgação desta Lei Orgânica, o Poder Executivo encaminhará Lei estabelecendo normas para a construção dos logradouros e prédios de uso público, a fim de permitir o livre trânsito de portadores de deficiência física.

Art. 4º No prazo de 180 dias será regulamentada a instalação de creches para funcionamento nos dias úteis da semana, nos campos de futebol de propriedade do Município.

Art. 5º O Poder Público Municipal, no prazo máximo de doze meses, realizará licitação para concessão de novas linhas de transporte coletivo de passageiros, e anualmente, quando necessário.

Art. 6º Excepcionalmente, para o exercício de 1991, a posse da Mesa Diretora da Câmara Municipal será no dia 1º de fevereiro.

Art. 7º O Município, no prazo de doze meses, a contar da promulgação desta Lei Orgânica, deverá fazer o levantamento geral do seu patrimônio, mediante inventário analítico, dando publicidade do resultado.

Art. 8º No prazo de doze meses, a partir da promulgação desta Lei Orgânica, o Município viabilizará a criação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, com participação paritária das entidades que atuam na área e do Poder Público.

Art. 9º O Município, no prazo de cento e oitenta dias, contados da promulgação desta Lei Orgânica, regulamentará o seu Programa Municipal de Defesa do Consumidor, conforme determina o artigo 108.

Art. 10. O Município, através de contrato de comodato ou outra forma legal que venha a ser acertada com a União dos Estudantes de Novo Hamburgo - U.E.N.H., garantirá a criação da Casa do Estudante.

Art. 11. O Município regulamentará, através de Lei, os critérios para concessão do benefício previsto no § 3º do art. 9º desta Lei Orgânica, no prazo de cento e oitenta dias da sua promulgação.

Art. 12. Durante o exercício de 1991, o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo o novo Plano Diretor e o novo Código de Obras do Município de Novo Hamburgo, respeitando o disposto no artigo 125 da Lei Orgânica.

Art. 13. Excepcionalmente no exercício de 2005, os projetos a que se referem:

I - os incisos I, II e III do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal serão enviados nos seguintes prazos:

- a) projeto de lei do Plano Plurianual (PPA), até 15 de agosto;
- b) projeto de lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), até 30 de setembro;
- c) projeto de lei do Orçamento (LOA), até 15 de novembro;

II - o inciso I do artigo 101 da Lei Orgânica Municipal serão enviados nos seguintes prazos:

- a) projeto de lei do Plano Plurianual (PPA), até 15 de setembro
- b) projeto de lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), até 31 de outubro.